

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012**

**Prezados Acionistas,**

A administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (AES Eletropaulo) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas aplicáveis às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

**Perfil**

A AES Eletropaulo é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BMF&Bovespa, responsável pelo fornecimento de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. Maior distribuidora de energia elétrica da América Latina em termos de faturamento e volume distribuído de acordo com a Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), a Companhia detém uma área de concessão de 4.526 km², com alta densidade demográfica e que concentra o maior PIB do Brasil. Para atender à demanda de 6,5 milhões de unidades consumidoras, a AES Eletropaulo, que conta com 5.872 colaboradores próprios, dispõe de uma estrutura formada por 151 subestações (sendo 139 estações transformadoras de distribuição, 8 estações do sistema de distribuição e 4 estações transformadoras subterráneas de distribuição) e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterráneos, de mais de 46 mil quilômetros, dos quais 1.734 km são linhas de subtransmissão, 3.141 km são redes de distribuição subterráneas e 41.149 km referem-se a redes de distribuição aérea primária e secundária. A Companhia também possui um total de 195.161 transformadores de distribuição aéreos e subterráneos.

**Contexto Setorial**

Regulado pela ANEEL, o setor elétrico brasileiro tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (ONS), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848, de março de 2004, que dispôs sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

**Tarifas**

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse de custos não-gereciáveis (encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os custos gereciáveis da Companhia (despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data base do reajuste da concessionária, deduzidos do denominado "Fator X". No caso da AES Eletropaulo, a cada quatro anos é realizada uma revisão tarifária, que visa a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro originalmente estabelecido em seu contrato de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, a estrutura de despesas operacionais repassadas às tarifas, as perdas regulatórias, a depreciação e o custo médio de capital (WACC) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia.

**Revisão Tarifária Periódica 2011**

Em 2 de julho de 2012, a ANEEL, em Reunião Pública de Diretoria realizada nesta mesma data, homologou o resultado da Terceira Revisão Tarifária Periódica da Companhia.

O índice de revisão tarifária aprovado foi de -9,33% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor) e de -5,60% (efeito econômico), retroativo a 4 de julho de 2011 e aplicável a partir de 4 de julho de 2012.

A tabela abaixo mostra uma comparação entre os valores finais aprovados pela ANEEL e aqueles propostos na Audiência Pública 025/2012, que tratou da Revisão Tarifária da Companhia:

Componentes da Tarifa	Valores Finais (Nota Técnica 213/2012 SRE/ANEEL)
<b>Parcela A</b>	<b>7.708.717.807</b>
<b>Parcela B</b>	
Base de Remuneração Bruta	10.748,8
Base de Remuneração Líquida	4.445,1
WACC antes dos impostos	11,36%
Taxa de Depreciação Regulatória	3,82%
Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis	98,6
Custos Operacionais	1.016,7
Receitas Irrecuperáveis	112,7 (0,85%)
<b>Parcela B antes de outras receitas e ajustes</b>	<b>2.138.367.592</b>
Outras Receitas	-73,5
Ajuste em função de investimentos realizados (AX)	-36,2
Índice de Produtividade da Parcela B	-21,6
<b>Parcela B após outras receitas e ajustes</b>	<b>2.138.367.461</b>
<b>Perdas não técnicas</b>	
Porto de partida	11,56%
<b>Fator X</b>	
Componente Pd	1,03%
Componente T	0,00%

De acordo com o contrato de concessão, a revisão tarifária da AES Eletropaulo deveria ter ocorrido em 04 de julho de 2011. Porém, devido ao atraso na definição da metodologia a ser aplicada no 3º Ciclo de Revisão Tarifária, a aplicação da metodologia foi postergada para 04 de julho de 2012, em conjunto com o reajuste tarifário.

Conforme estabelecido pela Aneel, o montante total do passivo regulatório referente à restrição da aplicação da metodologia do 3º Ciclo de Revisão Tarifária periódica calculada pela Aneel é de R\$ 1.053 milhões e não foi considerado no reajuste tarifário de 2012.

De acordo com a nota técnica 203/2012, o montante poderá ser devolvido nas proporções de 1/3 e 2/3 nos reajustes tarifários de 2013 e 2014, respectivamente. No entanto, o montante a ser devolvido em cada reajuste e a forma de correção monetária deverão ser definidos pela Aneel em audiência pública específica.

**Reajuste Tarifário 2012**

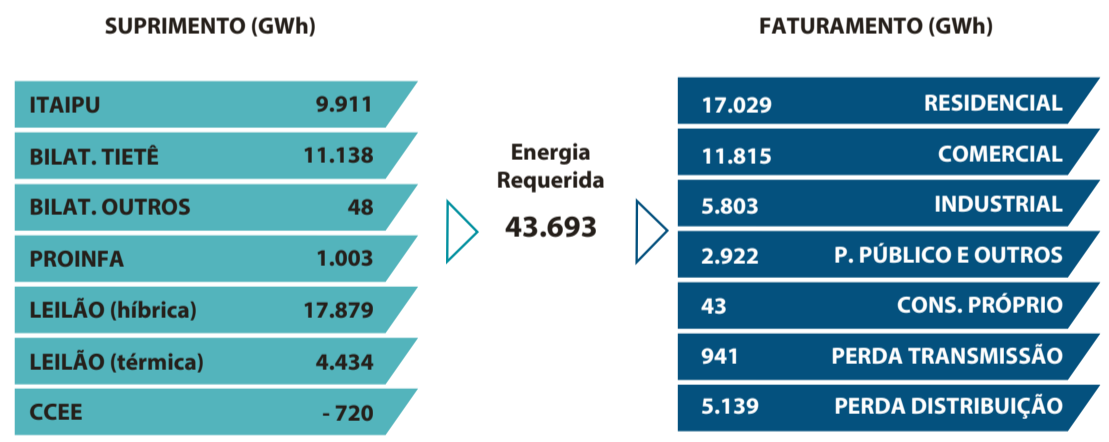
Em 3 de julho de 2012, a ANEEL autorizou um reajuste tarifário médio de +5,51% a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2012 sobre a tarifa homologada em 2 de julho de 2012.

Esse reajuste é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2012		
	<b>Encargos Setoriais</b>	<b>-2,63%</b>
	<b>Energia Comprada</b>	<b>6,16%</b>
	<b>Encargos de Transmissão</b>	<b>0,05%</b>
<b>Parcela A</b>	<b>Parcela A</b>	<b>3,59%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>Parcela B</b>	<b>0,86%</b>
<b>Reajuste Base</b>		<b>4,45%</b>
<b>CVA Total</b>		<b>0,61%</b>
<b>Custos financeiros Parcela A</b>		<b>0,55%</b>
<b>Subsídios Tarifários</b>		<b>-0,10%</b>
<b>Reajuste Total</b>		<b>5,51%</b>

**Desempenho Operacional**

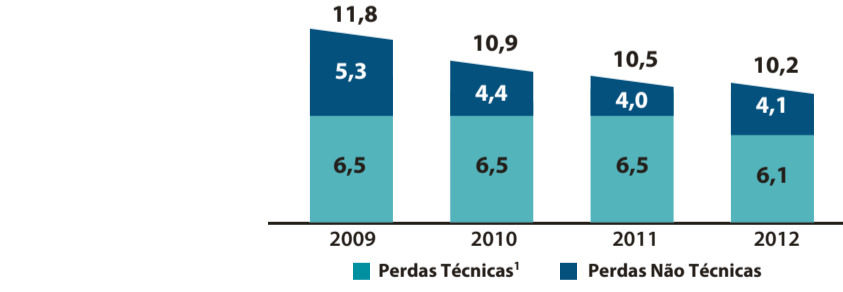
**Suprimento de Energia**



O balanço energético demonstrado acima reflete os números do fechamento do 4T12, informados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em dezembro de 2012. Já os números demonstrados nas notas explicativas que constam nas Demonstrações Contábeis refletem os valores estimados pela Companhia à época do fechamento contábil e que são ajustados nos meses subsequentes quando da disponibilização dos números finais pela CCEE.

O nível de contratação da Companhia é definido a partir do resultado dos contratos firmados de compra e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos. A AES Eletropaulo encerrou o ano de 2012 com um nível de contratação de 101,7%. Ao manter-se no patamar de 100% a 103%, a Companhia evita exposições e penalidades, uma vez que está enquadrada dentro dos limites estabelecidos pelo regulador.

Perdas (%) - (últimos 12 meses)



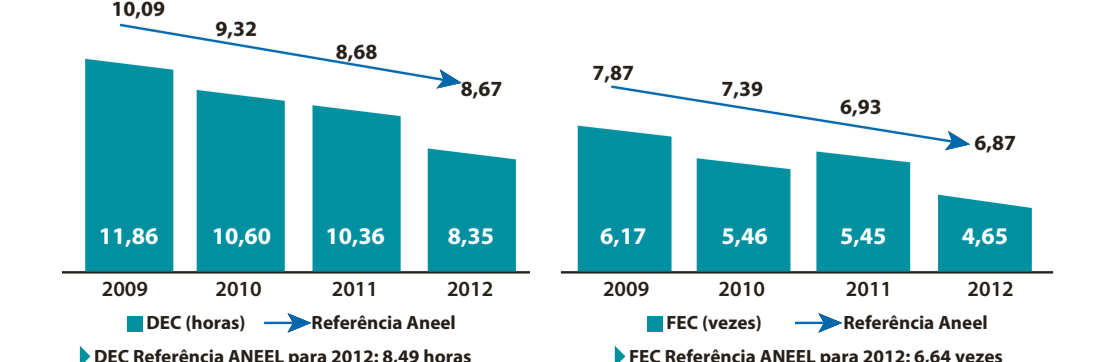
¹ Em janeiro de 2012, a AES Eletropaulo aprimorou a metodologia de apuração das perdas técnicas. Como consequência, desse fato, as perdas técnicas mais precisamente calculadas situam-se em um patamar em torno de 6,1%. O percentual de perdas é a taxa obtida com a divisão da diferença entre a energia medida na fronteira e a energia faturada dos clientes (descontada do faturamento retroativo da cobrança das fraudes) pelo total do suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses (50.777 GWh). Com base nessa metodologia, as perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 10,2%, sendo divididas entre perdas técnicas (6,1%) e não técnicas (comerciais/administrativas) (4,1%).

Em comparação ao mesmo período do ano anterior, as perdas totais apresentaram uma redução de 0,3 p.p. em função das ações promovidas pela Companhia visando à redução da parcela não técnica. No entanto, a melhoria de performance das perdas não técnicas não é percebida no gráfico acima em função do recálculo das perdas técnicas realizado no mesmo período de análise, dado que as perdas não técnicas são apuradas pela diferença entre as perdas totais e as perdas técnicas. Excluindo o efeito da revisão das perdas técnicas do resultado atual, as perdas comerciais teriam apresentado uma redução de 0,3 p.p.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) inspeções de fraude, (ii) programa de recuperação de instalações cortadas, (iii) substituição de medidores obsoletos que permitem maior precisão de calibração e leitura, além de contribuir para reduzir as perdas de faturamento por baixa eficiência de leitura, e (iv) cadastramento de 401 mil famílias nos programas assistenciais oferecidos pelo governo de dezembro/11 a dezembro/12.

Em 2012, as iniciativas de combate a perdas acrescentaram ao mercado faturado 537 GWh, ante 571,2 GW em 2011.

**Indicadores de Qualidade**



Os critérios de cálculo das medidas de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), definidos pela Aneel, consideram as interrupções acima de 3 minutos e, desse resultado, são expurgados os dias com volume atípico de ocorrências.

Em 31 de dezembro de 2012, os índices DEC e FEC dos últimos 12 meses registrados pela AES Eletropaulo foram de 8,35 horas e 4,65 vezes, respectivamente; ambos abaixo do limite regulatório definido pela Aneel. Nos últimos 12 meses encerrados em dezembro de 2012, o índice DEC apresentou uma queda de 19,4% e o índice FEC apresentou uma redução de 14,9% no FEC em comparação ao ano de 2011.

Em 2012, as penalidades pagas pela Companhia ao cliente por transgressões dos indicadores DIC, FIC e DMIC totalizaram R\$ 25,1 milhões em comparação a R\$ 30,3 milhões no ano anterior, valor 17,4% inferior. A queda do valor das transgressões reflete a intensificação das ações voltadas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Companhia.

Em 2011, as penalidades pagas pela Companhia ao cliente por transgressões dos indicadores DIC, FIC e DMIC totalizaram R\$ 30,3 milhões em comparação a R\$ 24,8 milhões no ano anterior. O aumento do volume de penalidades pagas em 2011 pode ser explicado pelo: (i) aumento de 4,5% nas ocorrências no período; (ii) reajuste tarifário de julho de 2010, que impacta diretamente o valor das penalidades; (iii) crescimento de mercado; (iv) redução dos limites dos indicadores estabelecidos pela Aneel; além do (v) fato de não ter havido expurgo total dos efeitos ciclone extratropical que atingiu a área de concessão da Companhia em junho de 2011.

**Plano de Ação 2011 - 2012**

Com o objetivo de aprimorar os serviços prestados aos seus clientes, a Companhia anunciou em 2011 o Plano de Ação, para a realização de melhorias no atendimento ao cliente e novas equipes de eletricitistas para manutenção, poda, construção e atendimentos de emergência. Do total de R\$ 245,8 milhões previstos para o projeto, entre 2011 e 2012, R\$ 51,7 milhões referem-se a investimentos e R\$ 194,0 milhões a despesas operacionais.

Em 2012, os investimentos totalizaram R\$ 14,3 milhões e as despesas R\$ 96,2 milhões. Esses recursos foram destinados para as seguintes atividades:

- (i) inclusão de 120 novas turmas de emergência, capacitadas para realizar atendimentos em linha viva, totalizando 473 turmas durante todo o verão, época mais chuvosa do ano e com maior número de ocorrências;
- (ii) ampliação de 38% na capacidade de call center;
- (iii) duplicação da capacidade de recebimento de SMS, atingindo 100 mil torpedos/dia;
- (iv) treinamento e início das atividades de 580 eletricitistas de manutenção e construção;
- (v) contratação de 30 eletricitistas de podas, que iniciaram suas atividades em outubro de 2011;
- (vi) ampliação da capacidade de atendimento do call center em 27 vezes, passando de 2 mil para 54 mil chamadas/hora;
- (vii) adição de 300 posições de stand by no call center para situações de emergência.

**Satisfação do Cliente**

A excelência no atendimento ao cliente e a melhoria contínua na prestação no fornecimento de energia são premissas do trabalho da AES Eletropaulo. Em 2011, fizemos um grande esforço em toda a empresa para reformular toda a nossa infraestrutura de atendimento, com iniciativas como a ampliação dos canais de atendimento eletrônico, a abertura de novas lojas de atendimento presencial e o lançamento da plataforma de atendimento digital Web Móvel; além de um alto investimento no reforço das equipes de campo e em tecnologia na nossa rede.

Como reflexo de todas essas iniciativas, atingimos um importante objetivo: elevar o índice de satisfação dos clientes. Esse índice é mensurado pela Abradee e, em 2012, chegamos à nota de 80,6 no Índice de Satisfação com Qualidade Percebida (ISQP), o melhor em 14 anos, e 9,1 pontos superior à pesquisa de 2011. Esse resultado nos deixa mais próximos da meta interna de alcançar índices superiores a 85% até 2015. Alcançando assim o primeiro quartil entre as distribuidoras.

Desde 1999, a pesquisa Abradee é feita anualmente com base em cinco temas do Índice de Satisfação com Qualidade Percebida a saber: Fornecimento de Energia; Informação e Comunicação; Conta de Luz; Atendimento ao Cliente; Imagem.

A evolução registrada em 2012 é reflexo do alto investimento realizado pela empresa nos últimos anos com foco em manutenção, expansão, modernização da rede e serviços ao cliente. Investimos R\$ 831,1 milhões em 2012, um aumento de 12,5% em comparação ao ano anterior.

**Excelência no atendimento**

Entre os importantes investimentos entre 2011 e 2012 no atendimento ao cliente para garantir a satisfação do cliente estão:

- aumento de 150 posições no call center, um acréscimo às 400 posições disponíveis até então;
- contratação de 300 posições de atendimento como capacidade de atendimento variável que ficarão em "standby by" para situações de emergência;
- ampliação da capacidade de atendimento eletrônico de 2.000/hora para 54.000/hora;
- implementação da Agência Móvel para atendimento em campo em dias críticos.

Em continuidade aos projetos de melhorias no atendimento ao cliente, em 2012 a empresa inaugurou 14 novos pontos de atendimento presencial, chegando a 40 unidades que prestam diversos serviços ao cliente, como segunda via de fatura de energia, alterações cadastrais, denúncias de fraudes, registro de reclamações por falta de luz, pedidos de ligação, pedidos de indenização por danos elétricos, entre outros.

Visando a ampliar a facilidade e a agilidade em serviços de autoatendimento, em 2013 a AES Eletropaulo disponibilizará, nos seus pontos de atendimento, 127 terminais de autoatendimento, 50 tótems e 77 telefones (fale fácil), transferindo parte do atendimento presencial para os pontos eletrônicos.

Satisfação do cliente	2010	2011	2012
Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida pelos clientes residenciais (ISQP) - pesquisa Abradee (%)	76,6	71,5	80,6

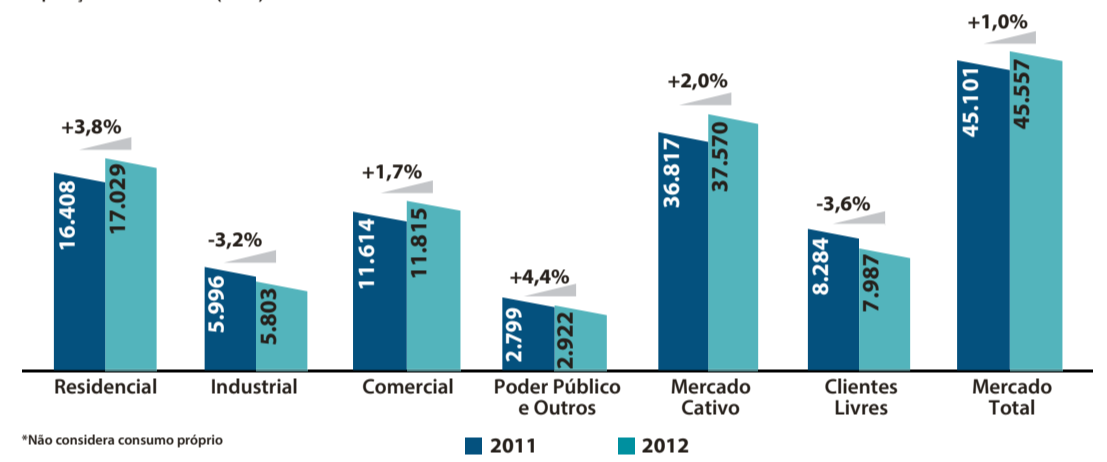
**Desempenho Comercial**

A área de concessão da Companhia conta com as mais diversas atividades econômicas, sejam elas industriais, comerciais ou de prestação de serviços. Além disso, a sua área de concessão possui a maior concentração populacional do país.

**Atividade Comercial - Mercado**

Em 2012, o mercado total na área de concessão da Companhia cresceu 1,0% em relação a 2011. Esse desempenho reflete o baixo crescimento econômico do país, que impactou fortemente a atividade industrial na área de concessão da Companhia. Por outro lado, o desempenho do mercado em 2012 foi sustentado pelas classes residencial e comercial, em função do comportamento favorável dos indicadores de desemprego e renda, e pelo maior volume de vendas físicas no Estado de São Paulo, que cresceu 9,7% em 2012. Além disso, o consumo do mercado total no ano teve impacto positivo de 0,8 dia a mais de faturamento (+103 GWh). Esses valores foram compensados pela saída de um cliente livre para a rede básica e pelo desligamento de um cliente que, juntos, impactaram negativamente com 534 GWh no ano. Desconsiderando os impactos de dias de faturamento e saída dos clientes, o mercado total teria registrado um crescimento de 2,0% em 2012.

**Comparação do Consumo\* (GWh)**



\*Não considera consumo próprio

**Cientes Residenciais** - Em 2012, a classe residencial apresentou crescimento de 3,8% devido a queda na taxa de desemprego de 6,2% em 2011 para 6,0% em 2012, aumento de 5,3% da renda real na Região Metropolitana de São Paulo (RMSPP), incremento do número de clientes e ao acréscimo de 1,3 dias de faturamento (+46 GWh). Desconsiderando o impacto de dias de faturamento, o crescimento da classe seria de 3,5% no ano.

**Cientes Comerciais** - No ano de 2012, a classe comercial apresentou crescimento de 1,7% influenciado pelo: (i) incremento das vendas físicas conforme já mencionado; e (ii) impacto positivo de 0,8 dia a mais de faturamento (+31 GWh), compensados pela (iii) migração de clientes ao ACL (-363 GWh). Desconsiderando o impacto dos dias de faturamento e a migração dos clientes ao ACL, a classe teria registrado um crescimento de 4,7% no ano.

**Cientes Industriais** - A classe industrial cativa apresentou redução de 3,2% no consumo em 2012, devido à migração de clientes ao ACL (-125 GWh), que mais que compensou o efeito positivo de 0,8 dia a mais de faturamento (+11 GWh). Desconsiderando o impacto de dias de faturamento e migração ao mercado livre, a classe industrial teria apresentado redução de 1,3% no ano, refletindo a queda de 3,9% na produção industrial em 2012 no Estado de São Paulo, segundo pesquisa do IBGE.

**Outros Clientes (consumidores rurais, iluminação pública, poderes públicos, tração elétrica, água/esgoto)** - No ano de 2012, o consumo das demais classes apresentou crescimento de 4,4% devido ao efeito positivo de 0,9 dia a mais de faturamento (+14 GWh) no período. Se fossem excluídos os impactos dos dias de faturamento, as demais classes teriam crescido 3,9% no ano.

**Cientes Livres** - Em 2012, apesar do efeito positivo da migração de clientes ao ACL, o mercado faturado dos clientes livres apresentou redução de 3,6% devido à queda de consumo dos clientes da classe industrial e, principalmente, devido à saída de um grande cliente para rede básica e desligamento de outro cliente que, juntos, reduziram 534 GWh do mercado. Desconsiderando o efeito da migração de clientes para o ACL, o retorno de clientes para o ACR e as saídas dos clientes, o mercado de clientes livres teria registrado uma redução de 3,1% no ano.

**Desempenho Econômico-Financeiro**

**Receita Operacional**

A receita operacional bruta alcançou R\$ 15.313,7 milhões em 2012, um crescimento de 0,5% no período. Esse comportamento é explicado pelo: (i) crescimento de 2,0% do mercado cativo no período; (ii) aumento de 1,3% registrado na linha de outras receitas no mesmo período de comparação; (iii) maior receita com construção com contrapartida no custo e, portanto, sem impacto no resultado da Companhia; (iv) incremento de R\$ 52,1 milhões nas receitas com energia de curto prazo. Em 2012, as deduções totalizaram R\$ 5.354,5 milhões, o que representa um decréscimo de 0,9% na comparação com 2011. Essa evolução é explicada pelo decréscimo dos valores definidos pela Aneel para os encargos de CCC, PROINFA e CDE, bem como dos encargos tributários incidentes sobre a receita de fornecimento decorrente da variação do faturamento entre os períodos.

Como resultado das variações acima mencionadas, a receita operacional líquida foi 1,3% superior na comparação entre os anos de 2011 e 2012, totalizando R\$ 9.959,2 milhões.

	R\$ milhões	2011	2012	Var (%) 2012 x 2011
Receita de Fornecimento		13.558,0	13.609,0	0,4%
Outras Receitas		1.682,1	1.704,7	1,3%
<b>Total Receita Bruta</b>		<b>15.240,2</b>	<b>15.313,7</b>	<b>0,5%</b>
Deduções da Receita Bruta		(5.404,6)	(5.354,5)	-0,9%
<b>Receita Líquida</b>		<b>9.835,6</b>	<b>9.959,2</b>	<b>1,3%</b>

**Custos e Despesas Operacionais**

Em 2012, as despesas operacionais cresceram 20,9% em relação a 2011, totalizando R\$ 8.389,5 milhões. As despesas são detalhadas a seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	2011	2012	Var (%) 2012 x 2011
<b>Parcela A</b>	<b>5.689,1</b>	<b>6.858,5</b>	<b>20,6%</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	4.464,1	5.376,3	20,4%
Transmissão	1.225,1	1.482,2	21,0%
<b>PMSO</b>	<b>1.250,7</b>	<b>1.531,1</b>	<b>22,4%</b>
Pessoal	545,9	704,6	29,1%
Materiais	51,7	62,5	20,9%
Serviços de Terceiros	461,0	503,0	9,1%
Outros	192,1	261,0	35,9%
<b>Total</b>	<b>6.939,8</b>	<b>8.389,5</b>	<b>20,9%</b>

**Parcela A**

- A despesa com energia elétrica comprada teve acréscimo de 20,4% no ano devido, principalmente, ao maior volume adquirido (0,8%) e elevação do preço médio da energia comprada (17,9%).
- Em 2012, as despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão apresentaram um crescimento de 21,0% em comparação a 2011, devido ao aumento dos encargos de Rede Básica, do ONS e Encargo do Serviço do Sistema (ESS).

**Despesas Operacionais**

Em 2012, a Companhia intensificou suas ações de gestão de custos, visando ganhos de produtividade e eficiência, com destaque para: (i) a reestruturação organizacional; (ii) a mudança para a nova sede corporativa e centralização de atividades; (iii) revisão do número de lojas de atendimento e otimização de bases operacionais; e (iv) renegociação de contratos de suprimentos. Os benefícios obtidos através dessas ações possibilitarão absorver parte dos impactos negativos da revisão tarifária, com uma redução estimada de aproximadamente R\$ 100 milhões nos custos de PMSO da Companhia a partir de 2013.

As despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$ 1.531,1 milhões no ano, um aumento de 22,4% em comparação com 2011. Se excluirmos os gastos com ações para ganho de eficiência, feitos nos recorrentes e despesas não gereciáveis, os itens de PMSO teriam apresentado um acréscimo de 4,9%, ficando abaixo da variação do IGP-M do período (7,8%). Maiores detalhes sobre essas despesas estão relacionados a seguir.

**Pessoal**

Os custos e despesas com pessoal aumentaram 29,1% no ano devido à (i) reestruturação do quadro de colaboradores em função da reavaliação interna de processos em busca do aumento da eficiência, o que trará benefícios futuros aos resultados da Companhia; (ii) aumento dos custos sem efeito caixa com a entidade de previdência privada; e (iii) aumento referente ao reajuste de salários, encarg

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012**

explicado, sobretudo, pelo incremento de R\$ 92,4 milhões com despesas de construção, devido ao maior Capex do período, somado ao crescimento em R\$ 57,2 milhões nas despesas com desativação de ativos, explicado pela mudança nas regras de baixa de ativos da Aneel.

**Ebitda**  
Em 2012, o Ebitda da Companhia totalizou R\$ 655,6 milhões, uma redução de 77,0% quando comparado ao ano anterior, de R\$ 2.847,9 milhões. Os seguintes fatores explicam esse desempenho:  
(i) R\$ 707,3 milhões de recebimento, no 4T11, referente à alienação da AES Atimus SP (feito não recorrente em 2011);  
(ii) R\$ 782,4 milhões de efeitos de Parcela A (com compensação na tarifa a partir de julho subsequente ao evento);  
(iii) R\$ 263,3 milhões devido ao efeito da revisão e reajuste tarifários sobre a Parcela B, parcialmente compensado pelo crescimento de 1,0% do mercado total em 2012; e  
(iv) aumento de 23,5% das despesas com PMSO, em R\$ 280,4 milhões, devido principalmente à:  
a. efeito não recorrentes com o ações para ganho de eficiência resultando em um aumento em R\$ 48,5 milhões na despesa com reestruturação do quadro de colaboradores, provisão para o plano de incentivo à aposentadoria e gastos com reformas efetuadas nas bases operacionais, lojas de atendimento aos clientes e nova sede corporativa. Essas despesas terão benefícios aos resultados futuros da Companhia;  
b. acréscimo recorrente de R\$ 38,2 milhões, referente ao reajuste de salários, benefícios e encargos relacionado ao acordo coletivo de junho de 2011 e junho de 2012;  
c. aumento em R\$ 27,8 milhões com despesas relacionadas ao Plano de Ação 2011-2012.

**Resultado Financeiro**  
Em 2012, o resultado financeiro foi uma despesa líquida de R\$ 51,6 milhões, enquanto em 2011 o resultado foi uma despesa líquida de R\$ 21,3 milhões. Esse desempenho é explicado pelos seguintes fatores:  
(i) impacto positivo no 3T11, de item não recorrente de R\$ 54,3 milhões, a título de correção monetária e juros de mora sobre a contribuição do Finsocial;  
(ii) redução no prazo médio de encerramento das obras e entrada em operação do sistema de gestão de obras acarretando em diminuição de R\$ 21,0 milhões em juros capitalizados;  
(iii) reclassificação, conforme estabelecido pelo CPC 38, da correção do valor justo de ativo financeiro relacionado à concessão totalizando uma despesa de R\$ 15,1 milhões. A partir do 4T12 o ativo financeiro relacionado a concessão passou a ser reconhecido como resultado financeiro, antes era contabilizado como Patrimônio Líquido. O ativo financeiro de concessão refere-se a parcela dos investimentos realizados em infraestrutura que não serão totalmente depreciados até o final da concessão.  
Parcialmente compensados por:  
(i) correção monetária relativa à transferência de imóveis alienados em abril de 2007, no montante de R\$ 39,4 milhões. A conclusão do processo de transferência dos imóveis remanescentes da operação possibilitou a contabilização dos valores referentes a correção monetária do período;  
(ii) provisões, com efeito líquido no montante de R\$ 8,7 milhões, referente a autos de infração emitidos pela ARSESP em 2011 e Aneel em ambos os anos, impactando positivamente 2012 na comparação com 2011;

**Lucro Líquido**  
Em 2012, o lucro líquido totalizou R\$ 107,9 milhões, uma redução de 93,1% quando comparado ao montante de R\$ 1.572,1 milhões registrado no mesmo período de 2011. Esse decréscimo é explicado pelo:  
(i) R\$ 466,8 milhões de recebimento, no 4T11, referente à venda da AES Atimus SP (feito não recorrente em 2011);  
(ii) R\$ 782,4 milhões de efeitos de Parcela A (com compensação na tarifa a partir de julho subsequente ao evento);  
(iii) impacto negativo de R\$ 263,3 milhões devido ao efeito da revisão e reajuste tarifários sobre a Parcela B, parcialmente compensado crescimento de 1,0% do mercado total em 2012;  
(iv) aumento de 23,5% das despesas com PMSO, em R\$ 280,4 milhões, devido principalmente ao (i) efeito do não recorrente com o ações para ganho de eficiência (R\$ 48,5 milhões), (ii) acréscimo de R\$ 38,2 milhões referente ao reajuste de salários e (iii) aumento em R\$ 27,8 milhões com despesas relacionadas com o Plano de Ação 2011-2012;  
(v) despesa financeira R\$ 30,3 milhões superior.

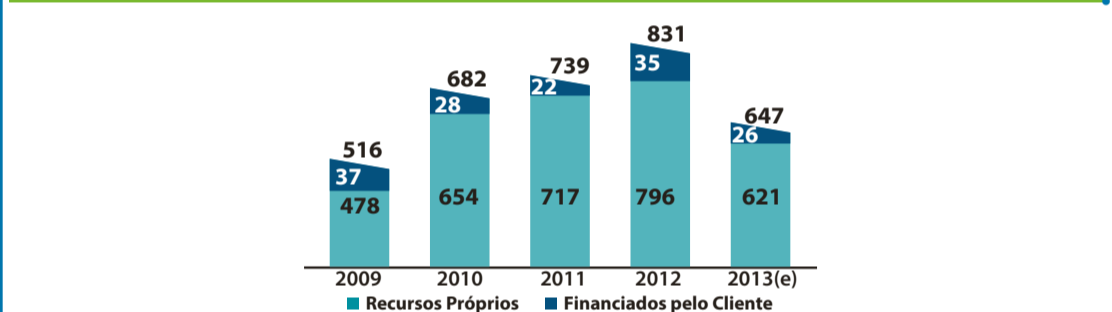
**Remuneração aos Acionistas**  
A Administração da AES Eletropaulo propõe a distribuição de 25% da base para pagamento de dividendos do ano de 2012, já considerando o valor de JSCP proposto anteriormente descontado Imposto de Renda, totalizando R\$ 54,9 milhões. A Administração propõe ainda que o valor remanescente de R\$ 138,2 milhões seja destinado à Reserva Estatutária para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades da Companhia. As destinações mencionadas acima serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) que está prevista para ocorrer até 30 de abril de 2013, quando também ocorrerá a ratificação dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 54,3 milhões deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2012, além da definição da efetiva data para pagamento. O montante de dividendos complementares propostos pela administração da Companhia é de R\$ 0,5 milhão e o de JSCP de R\$ 54,3 milhões, correspondendo à R\$ 0,31 por ação ON e R\$ 0,34 por ação PN.

Dividendos 2012 (R\$ milhões)	
<b>Lucro do Exercício - 31 DEZEMBRO 2012</b>	<b>107,9</b>
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	89,9
Dividendos e JSCP prescritos	5,1
Constituição de Reserva Legal (5%)	(9,9)
<b>Base para distribuição de dividendos</b>	<b>193,1</b>
Dividendos intermediários já distribuídos	–
JSCP já destinados - 31/12/2012	54,3
<b>Dividendos complementares propostos</b>	<b>0,5</b>
Reserva estatutária	138,2

**Endividamento**  
Em 31 de dezembro de 2012, a dívida bruta da Companhia totalizava R\$ 3.935,9 milhões, valor R\$ 209,4 milhões superior ao registrado no mesmo período de 2011, que alcançou R\$ 3.726,5 milhões. O aumento de 5,8% na dívida bruta refere-se principalmente a: (i) 14ª emissão de debêntures, em novembro de 2011, no valor de R\$ 600 milhões com desembolso em janeiro de 2012; (ii) desembolsos da FINEP durante o período de 2012, no valor de R\$ 19,8 milhões; parcialmente compensado por: (iii) amortizações de principal da 10ª emissão de debêntures no valor de R\$ 200 milhões, CCB Citibank no valor de R\$ 50 milhões e CCB Bradesco no valor de R\$ 30 milhões e; (iv) à redução do saldo contabilizado da dívida com a Fundação CESP em R\$ 96,8 milhões, em função dos pagamentos para o fundo de pensão das parcelas referentes ao ano de 2011 terem sido maiores do que as despesas provenientes do cálculo atuarial. O saldo dessa dívida totalizou R\$ 1.133,0 milhões ao final de dezembro de 2011. As disponibilidades somavam R\$ 814 milhões no fechamento do ano, R\$ 576,4 milhões inferior ao mesmo período de 2011. No encerramento do 4T12, a dívida líquida da Companhia somou R\$ 3.114,8 milhões, valor 34,0% superior ao saldo da dívida líquida do 4T11, em função, principalmente, do menor saldo de disponibilidades. O custo médio da dívida total da AES Eletropaulo apresentou variação passando de CDI + 0,98% a.a. em 31 de dezembro de 2011 para CDI + 1,21% a.a. em 31 de dezembro de 2012. O prazo médio da dívida era 6,9 anos, patamar superior ao prazo de 6,6 anos de 31 de dezembro de 2011 em função dos refinanciamentos.

Considerando o Ebitda ajustado<sup>1</sup> dos 12 meses findos em dezembro de 2012, de acordo com os novos *covenants*, a AES Eletropaulo apresentou indicador (i) Dívida Líquida/Ebitda Ajustado de 4,9x e Ebitda Ajustado/Despesa Financeira de 2,04x. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia estava dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida.

**Investimentos**



Em 2012, o volume de investimentos da Companhia atingiu R\$ 831,1 milhões, o que representa um aumento de 12,5% quando comparado ao mesmo período de 2011. Os investimentos com recursos próprios totalizaram R\$ 796,2 milhões, enquanto os projetos financiados pelo cliente neste período somaram R\$ 34,9 milhões.

Investimentos - R\$ milhões	2011	2012	Var (%) 2012 x 2011
Expansão do Sistema e Serviço do Consumidor	361,2	412,0	14,1%
Manutenção	227,0	213,0	-6,2%
Recuperação de perdas	35,0	27,9	-20,3%
Tecnologia da informação	38,7	35,6	-7,9%
Outros	54,9	107,7	96,1%
<b>Total (c/recursos próprios)</b>	<b>716,7</b>	<b>796,2</b>	<b>11,1%</b>
Financiado pelo Cliente	22,0	34,9	58,7%
<b>Total</b>	<b>738,7</b>	<b>831,1</b>	<b>12,5%</b>

Em 2013, a Companhia planeja investir R\$ 646,9 milhões, valor 22,2% menor que 2012. A redução é explicada, principalmente, pelo término do projeto de instalação de chaves religadoras, conclusão da nova sede administrativa e alteração do escopo dos projetos de expansão. Deste montante, são previstos R\$ 621,0 milhões com recursos próprios e R\$ 25,9 milhões financiados pelos clientes. Dentre os investimentos programados destacam-se:  
• rotenciopação de subestações, adicionando 133MVA de capacidade ao sistema;  
• 29,7 km de novas linhas de transmissão;  
• manutenção de mais de 5,2 mil km de redes de distribuição;  
• regularização de 75 mil ligações ilegais e substituição de 125 mil medidores obsoletos.

**Principais Investimentos - 2012**  
**Expansão do Sistema e Serviços ao Cliente**  
• Em 2012, foi investido R\$ 195,5 milhões para atender à adição de 202 mil novos clientes, dos quais 55,4 mil estão relacionados a regularizações de ligações ilegais.  
• R\$ 216,5 milhões foram investidos em expansão do sistema em 2012, com destaque para um aumento de 187MVA na capacidade instalada, como resultado da desativação da transformação 88/3,8kV da ETD Ibirapuera (-36MVA), recapacitação da ETD Campestre (-27MVA), ampliação da ETD Santo Amaro (40 MVA), Cotia (40MVA), Leopoldina (45MVA), Guaiunazes (5MVA) e energização da nova ETD Ermelino Matarazzo (120MVA). Além disso, foram concluídas as obras do Ramal Aéreo da Estação Per 1-2, LTA Piratininga - Bandeirantes 1-2 e LTA Piratininga - Bandeirantes 3-4 e RAE Sertãozinho. Essas melhorias beneficiarão uma população de cerca de 1,7 milhão de habitantes.

**Recuperação de Perdas**  
Foram investidos R\$ 27,9 milhões destinados à realização de 55,4 mil regularizações de ligações ilegais, correção de 43,6 mil irregularidades e substituição de 109,2 mil medidores obsoletos.

**Manutenção**  
O total investido no acumulado de 2012 foi de R\$ 213,0 milhões, principalmente na manutenção de 2.005 km da rede, além da instalação de 1.488 religadores automáticos.

**Outros**  
Foram destinados R\$ 99,1 milhões à criação da Nova Sede Administrativa e aquisição de veículos voltados, principalmente, ao suporte a empreiteiras para realização de obras de expansão da rede e a turmas de podas e emergência.

**Investimento Remunerável**  
O investimento remunerável, também denominado de Base de Remuneração, é constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoxxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial). Sobre ele foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL 1.317, de 02/07/2012.

Componentes do Investimento Remunerável (R\$)	Reajuste (jul/10)	Revisão (jul/11) <sup>1</sup>	Reajuste (jul/12)
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	18.139.762.293	15.716.575.472	16.524.407.452
b1) (-) Depreciação Acumulada	10.355.458.429	10.058.718.780	10.575.736.925
b2) (-) Depreciação Acumulada %	57,1%	64,0%	64,0%
c) (-) Obrigação Vinculada ao SPE	1.211.418.500	1.244.263.700	1.308.218.854
<b>d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido</b>	<b>6.572.885.364</b>	<b>4.413.592.993</b>	<b>4.640.451.673</b>
e1) (+) Almoxxarifado	41.487.947	31.500.064	33.119.167
e2) (+) Ativo diferido	3.352.366,98	–	–
<b>f) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)</b>	<b>6.617.725.678</b>	<b>4.445.093.057</b>	<b>4.673.570.840</b>
g) (+) Investimento previsto no Xe	1.652.000.000	–	–
<b>h) = Investimento total Remunerável na tarifa</b>	<b>8.269.725.678</b>	<b>4.445.093.057</b>	<b>4.673.570.840</b>
i) Bens 100% depreciados	1.653.626.475	3.231.693.765	3.397.802.825
j) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário n°)	1.2097	1.0000	1.0514
k) cota de Depreciação - Taxa média Anual %	4,32%	3,82%	3,82%

a) Valor deduzido dos valores de Bens Administrativos, Veículos e Móveis e Utensílios  
b) Valor da depreciação acumulada  
c) Valor depreciado - obrigação especial (c)  
d) Valor depreciado (d) + almoxxarifado (e1) + ativo diferido (e2)  
e) Investimento previsto no Xe não foi atualizado pelo IGPM  
f) Valores aprovados pela Aneel em 2012, retroativo à 4 de julho (Resolução Homologatória N° 1.317 - 2 de Julho de 2012, valores extraídos da Nota Técnica 203 - Junho de 2012)

**Pesquisa e desenvolvimento (P&D)**  
Em 2012, a AES Eletropaulo investiu R\$ 22,8 milhões em inovação, pesquisa e desenvolvimento com foco na melhoria processos técnicos e operacionais, na segurança de colaboradores e empregados terceirizados, além da promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades. Para 2013, estão previstos investimentos no ordem de R\$ 26,8 milhões em projetos de P&D, em um total de 31 projetos em execução para o ano.

**Programa de Eficiência Energética**  
O Programa de Eficiência Energética da AES Eletropaulo busca reduzir o consumo de energia elétrica nos clientes da companhia por meio do acesso seguro e regular de energia em comunidades de baixa renda - no âmbito do programa Transformação de Consumidores em Clientes - e da eficiência de máquinas e equipamentos em clientes públicos e corporativos. Em 2012, os investimentos totalizaram R\$ 105,6 milhões, dos quais R\$ 46,8 milhões no PEE e R\$ 58,8 milhões no programa Transformação de Consumidores em Clientes.  
No programa Transformação de Consumidores em Clientes objetiva-se a regularização de ligações informais por meio do fornecimento seguro e confiável de energia em comunidades de baixa renda.  
Desde o seu início, em 2004, mais de 500 mil famílias foram beneficiadas pelo projeto. Só em 2012, aproximadamente 195 mil pessoas - 55.479 famílias - foram beneficiadas mediante substituição de 6.507 geladeiras e mais de 500 mil lâmpadas, além da reforma em 356 residências que possuem instalações elétricas precárias e instalação de 195 sistemas de aquecimentos solar de água para banho.  
Nos projetos do programa de eficiência energética, foram implementadas melhorias tecnológicas como a substituição de equipamentos nos sistemas de iluminação, climatização e refrigeração. Destaque para os projetos de iluminação de túneis com aplicação da tecnologia LED, muito mais moderna e eficiente, trazendo economia de energia e de manutenção e aumento da segurança dos usuários.

**Segurança**

Os Programas de Segurança das empresas AES Brasil são baseados nas diretrizes globais da AES Corp. e no Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO). Os requisitos do SGSSO estão de acordo com as especificações da OHSAS 18001 (Occupation Health Safety Assessment Series), uma norma internacional com foco na saúde e segurança do trabalho, voltada à preservação da integridade física e saúde dos colaboradores e parceiros,

por meio de práticas de mitigação de riscos em atividades e instalações. Como resultado da aderência do nosso Sistema de Gestão da Segurança recebemos, em 2012, a Certificação OSHAS 18001.  
Em 2012, a AES Eletropaulo investiu R\$ 23,8 milhões e deu continuidade ao conjunto de ações para manter a melhoria contínua dos índices de segurança e colheu resultados significativos. A continuidade das práticas previstas no Programa de Segurança foi efetiva e foi atingida uma redução de 44% no número de acidentes com e sem afastamento com colaboradores próprios e 6% de redução com colaboradores terceirizados. Não houve acidentes registrados com colaboradores próprios, sendo registrada uma fatalidade com colaborador contratado. Em 2011 não foram registradas fatalidades com colaboradores próprios ou contratados da companhia.  
A Companhia também mantém quatro comitês formais de segurança: o Comitê de Segurança do Trabalho AES Brasil, o Comitê de Segurança do Trabalho da AES Eletropaulo, o Comitê Regional AES Eletropaulo e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), todos com representação dos interesses de 100% dos colaboradores.

**Segurança com a População**  
Segurança é o valor número 1 da AES Brasil. Isso significa que nada é mais importante do que garantir a integridade física dos colaboradores, fornecedores e das 16,6 milhões de pessoas que diariamente desfrutam do bem-estar proporcionado pela energia elétrica na área de concessão da AES Eletropaulo.  
Em 2012, a AES Eletropaulo intensificou suas ações direcionadas para a conscientização da população com relação aos riscos da rede elétrica no âmbito do Movimento Viva sem Acidentes. A redução de 25% nas fatalidades (que passaram de 16, em 2011, para 13, em 2012) é o reflexo de mais de 153 *blitzes* de segurança; 280 treinamentos para profissionais da construção civil; 3.673 palestras de segurança e 3.216 apresentações dos caminhões de segurança, números significativamente superiores aos do ano anterior.

Todas essas iniciativas foram reforçadas por uma intensa campanha da mídia, veiculada desde 2011, que buscou sensibilizar e alertar a população para a necessidade de um comportamento seguro com a rede elétrica. Para atingir diretamente a população, a campanha contou com ações em estádios de futebol, em escolas de samba, nas escolas públicas, em comunidades, em canteiros de obras e até em trens da Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos (CPTM). O foco da campanha foi atingir clientes das classes C, D e E. Para isso, foi adotada uma linguagem simples e ligada ao dia a dia da população, para que a mensagem transmitida pudesse ser mais bem compreendida por um número maior de pessoas. Como reconhecimento pelo trabalho da AES Eletropaulo e implementação dessas ações, a campanha resultou na conquista do Prêmio Max Mídia 2012, da revista *Meio & Mensagem*, na categoria "Melhor Uso de Mídia Mix".  
A redução nos acidentes fatais com a população foi de 19%, porém, o número total de acidentes subiu de 87 em 2011 para 89 em 2012. Entre 2009 e 2012, o total de acidentes caiu 33% e o de acidentes fatais, 50%.

**Excelência na Gestão**

A gestão das empresas do Grupo AES Brasil é orientada pelo Planejamento Estratégico Sustentável - conjunto de diretrizes que alinha as práticas de gestão da companhia aos compromissos apresentados em sua Plataforma de Sustentabilidade - e segue o Modelo de Excelência da Gestão (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), constituído de 11 fundamentos de excelência<sup>2</sup> que devem ser seguidos pela organização. Tais fundamentos são convertidos em critérios de excelência que, entre outras coisas, permitem aferir o grau de maturidade da gestão da empresa. Essa mensuração é feita por meio de uma avaliação independente e dentro do ciclo do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), uma iniciativa da FNQ que reconhece as empresas de classe mundial, consideradas como detentoras das melhores práticas de gestão.  
Em 2012, a AES Eletropaulo foi uma das seis empresas - dentre 41 candidatas - que conquistaram o Prêmio Nacional da Qualidade, considerado o maior reconhecimento para a excelência da gestão das organizações sediadas no Brasil. As organizações que participam do PNQ são avaliadas com base MEG e de acordo com uma escala de pontuação que vai de 0 a 1.000, divididas em faixas.  
Como parte integrante do Modelo de Excelência da Gestão das empresas AES Brasil é um instrumento importante para direcionamento organizacional, o planejamento estratégico é revisado anualmente. Essa revisão conta com o envolvimento e a participação das lideranças e contempla todas as áreas da companhia. O processo é desenvolvido durante o primeiro semestre do ano, como uma forma de direcionar e fortalecer a cultura de performance organizacional e a posição competitiva, no curto (período de um ano) e no longo (período de cinco anos) prazos de acordo com o Ciclo de Planejamento Estratégico.  
Os desdobramentos dessa estratégia foram convertidos em 38 compromissos para o período de 2012 a 2016 nos temas de segurança; geração de energia sustentável; eficiência no uso de recursos; inovação em e excelência para satisfação do cliente; e desenvolvimento e valorização de colaboradores, fornecedores e comunidades. Tais compromissos são monitorados trimestralmente pelo Comitê de Sustentabilidade, sendo reportados semestralmente ao Conselho de Administração.

**Relacionamento com o Público Interno**

Em 2012, teve continuidade o processo de integração e desenvolvimento dos mais de 5.800 colaboradores da AES Eletropaulo com o objetivo de fazer o profissional se sentir realizado com o que faz e ter a consciência de que seu trabalho traz benefícios para a sociedade. As políticas de desenvolvimento de carreira, que incluem os processos de educação continuada, estágio, reconhecimento, cursos de idiomas, participação em cursos e seminários, além do programa Siga Livre, que permite mobilidade de cargos e funções dentro da empresa, norteiam o enfoque desse trabalho.  
O diálogo com a alta direção é garantido pelo Pé Na Estrada, programa que reúne integrantes da alta administração e demais colaboradores em uma discussão que tem como objetivo apresentar resultados do ano anterior, a estratégia para o próximo período, o plano de investimentos e as metas a serem perseguidas. Antes do evento, que em 2012 chegou à quinta edição, os colaboradores participam de mesas-redondas nas quais apresentam propostas de melhoria utilizadas no planejamento estratégico do Grupo.

**Gestão Ambiental**

A AES Eletropaulo conta com o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), 100% certificado desde 2012, que tem como principal foco de ação prevenção, correção, mitigação e controle de impactos ambientais. O SGA oferece uma sistemática de melhoria contínua por meio do desenvolvimento de objetivos, metas e programas de gestão, padronizando, assim, os processos e as atividades da empresa, especialmente as que oferecem maiores riscos ao meio ambiente de acordo com as premissas do Planejamento Estratégico Sustentável.  
O sistema também trata de temas que envolvem gestão de fornecedores de serviços e materiais, levando em consideração questões relacionadas ao atendimento da legislação ambiental e das políticas da companhia, além de prevenção de impactos e acidentes. Outro ponto de atenção do SGA são os impactos que as atividades da AES Eletropaulo causam nas comunidades do entorno. Todas essas ações são direcionadas pela Política de Sustentabilidade do Grupo AES Brasil, que promove uma atuação em consonância com a legislação ambiental vigente e em respeito aos recursos naturais.  
A AES Eletropaulo destinou R\$ 57,1 milhões em ações de meio ambiente, como treinamentos, melhoria na gestão ambiental de processos, novas tecnologias, licenciamentos e compensações ambientais, investigação de potenciais passivos e remediações ambientais e auditorias ambientais junto aos fornecedores.

**Gestão social**

Em 2012, a AES Brasil consolidou o Sistema de Gestão de Responsabilidade Social Corporativa (SGRSC). Seu objetivo é promover a melhoria contínua da atuação social e garantir o máximo alinhamento com a estratégia da empresa estabelecida pela Política de Sustentabilidade e posta em prática por meio do Planejamento Estratégico Sustentável - e com normas e padrões externos aplicáveis aos negócios do Grupo AES no Brasil, como ISO 26000 e AA 1000. A importância do SGRSC é reforçada ainda pela definição das responsabilidades e fluxos de tomada de decisão, garantindo maior eficiência na identificação e priorização das expectativas dos públicos de relacionamento em relação aos negócios da empresa; o correto mapeamento dos impactos sociais ligados às nossas atividades - que direcionarão os projetos e planos de ação, gerando informações que permitam o monitoramento; a prestação de contas interna e externamente.

Em 2012 foram investidos e destinados R\$ 121,6 milhões, dos quais R\$ 34,8 milhões em recursos próprios e R\$ 86,8 milhões em recursos incentivados, em projetos que visavam à promoção do acesso à educação, cultura e esporte; à capacitação profissional inclusiva; a eficiência energética e acesso à energia elétrica regularizada; e à influência social para promoção de temas sociais alinhados às diretrizes da Política de Sustentabilidade da AES Brasil beneficiando 1,68 milhão de pessoas.

**Reconhecimentos**

- Prêmio Abradee 2012:** promovido pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), reconhece as melhores empresas de distribuição de energia do País. No ano, avançamos do 8º para o 5º lugar da classificação geral entre as 29 companhias com mais de 500 mil clientes. Nas categorias específicas, destaca-se a o 1º lugar no ranking da Gestão Econômico-Financeira e Gestão da Qualidade, bem como a segunda colocação no ranking de Responsabilidade Social;
- Prêmio Nacional da Qualidade:** promovido pela Fundação Nacional da Qualidade, a AES Eletropaulo foi reconhecida novamente em 2012 pelas suas práticas de gestão e melhoria contínua;
- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)** por mais um ano (carteira de 2013), a AES Eletropaulo integrará essa carteira de ações importante, da qual participa desde 2005 na BM&FBovespa;
- Guia Exame de Sustentabilidade 2012:** apresentado por uma das mais respeitáveis e renomadas publicações de negócios do Brasil, é um reconhecimento do compromisso das empresas do Grupo AES Brasil com o desenvolvimento sustentável, traduzido em estratégia, metas de médio e longo prazo e ações práticas. O reconhecimento foi proferido à AES Brasil com participação significativa da AES Eletropaulo no processo.
- Empresas mais Admiradas do Brasil 2012:** pelo quarto ano consecutivo a AES Eletropaulo foi eleita a empresa mais admirada na categoria "Fornecimento de Energia Elétrica" no prêmio promovido pela revista Carta Capital;
- Balanco Anual Melhores das Maiores 2012:** promovido pelo jornal Diário do Comércio, elegeu a AES Eletropaulo como a melhor empresa em resultados financeiros e eficiência;
- Melhores do Brasil:** premiada na categoria "Eficiência Energética", na primeira edição do prêmio promovido pelo jornal Brasil Econômico;
- Empresa que mais respeita o consumidor:** premiada na categoria "Fornecedores de Energia", pela revista Consumidor Moderno;
- Destaque Eficiência Energética:** premiação concedida durante o 9º Congresso Brasileiro sobre Eficiência Energética;
- Prêmio Criança, da Fundação Abrinq/Save the Children:** a AES Eletropaulo foi reconhecida como uma empresa referência no País no atendimento a crianças de 0 a 6 anos por meio da atuação do Centro de Educação Infantil Luz e Lápis.

**Governança Corporativa**

A AES Eletropaulo integra o Nível 2 de governança corporativa da BM&FBovespa desde 2004 e foi a sétima empresa a se comprometer com o regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa do Nível 2. Segundo as regras deste segmento, a Companhia disponibiliza suas demonstrações contábeis em inglês e concede tag along de 100% para os acionistas detentores de ações ordinárias (ON) e ações preferenciais (PN). Além disso, as ações preferenciais possuem direito a voto em algumas matérias, é prevista adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários e a obrigatoriedade de possuir pelo menos 20% de membros independentes no Conselho de Administração.  
Pelo oitavo ano consecutivo, a Companhia integra a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. Por ser subsidiária da AES Corp, companhia de capital aberto com ações na Bolsa de Nova York, a AES Eletropaulo adequou seus controles à Lei Sarbanes-Oxley (SOX), cujo objetivo é assegurar a confiabilidade das demonstrações contábeis de empresas que negociam ações no mercado norte-americano.

Desde 2011, a Companhia integra o ICO2, índice desenvolvido pela BM&FBovespa em conjunto com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), que inclui em sua carteira somente as companhias que adotam práticas transparentes com relação à suas emissões de gases efeito estufa. A AES Eletropaulo monitora e afere suas emissões de gases efeito estufa de maneira transparente, reforçando seu compromisso com as questões climáticas e de meio ambiente.

**Estrutura Societária**

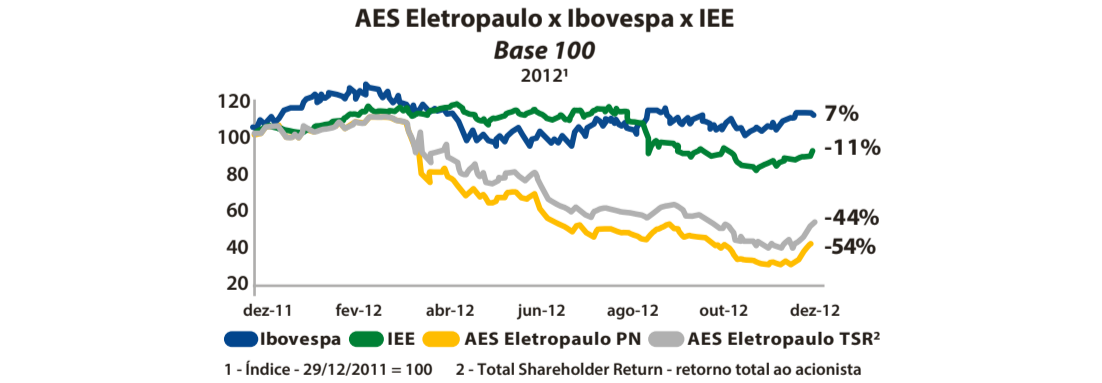
Em dezembro de 2012, o capital social da AES Eletropaulo era de R\$ R\$ 1.057,6 milhões representado por 66.604.817 ações ordinárias (39,8% do total) e 100.739.070 ações preferenciais (60,2% do total), com um *free float* total de 94.172.060 ações (56,3% do total). Ao final do exercício, a Empresa contava com aproximadamente 70 mil acionistas.

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
AES ELPA	51.825.798	77,8%	0	0,0%	51.825.798	31,0%
Unia Federal	13.342.384	20,0%	258	0,0%	13.342.642	8,0%
Cia. Brasileira de Energia	–	0,0%	7.434.410	7,4%	7.434.410	4,4%
BNDES	1	0,0%	569.376	0,6%	569.377	0,3%
Outros (Free Float)	1.436.634	2,2%	92.735.426	92,1%	94.172.060	56,3%
<b>Total</b>	<b>66.604.817</b>	<b>100,0%</b>	<b>100.739.070</b>	<b>100,0</b>	<b>167.343.887</b>	<b>100,0%</b>

Em 31/12/2012

**Mercado de Capitais**

As ações da AES Eletropaulo estão listadas no Nível II de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos ELP3 (ordinárias) e ELP4 (preferenciais). A Companhia também possui ADRs negociadas no mercado de balcão norte-americano que, a partir de janeiro de 2012, migraram para as reguladas do Nível I, passando a ser negociada sob o código "EPJUMY". A migração foi feita com o objetivo de ampliar as formas de acesso dos investidores às ADRs, principalmente aqueles domiciliados no exterior, bem como ampliar a liquidez dos papéis.  
Em 2012, a ação ELP4 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa. Os dados de liquidez mostram a realização de aproximadamente um milhão de negócios, envolvendo cerca de 274,2 milhões de ações preferenciais e com volume médio diário de R\$ 26,9 milhões, no mercado à vista. As ações preferenciais da Eletropaulo sofreram queda de 54,0% em 2012. Esse desempenho reflete a divulgação dos valores finais da revisão e reajuste tarifário, em 2 e 3 de julho respectivamente, e da reação do mercado após o anúncio do programa de redução de custos de energia. Se considerado os proventos, a queda no ano representou 43,8%. No mesmo período o índice Bovespa valorizou-se 7,4% e o IEE caiu 11,2%.



**BALANÇO SOCIAL ANUAL 2012**

1 - Base de Cálculo		2012 Valor (Mil reais)			2011 Valor (Mil reais)			5 - Indicadores do Corpo Funcional			2012			2011		
Receita Líquida (RL)		9.959.198			9.835.578			Nº de empregados(as) ao final do período			5.872			5.668		
Resultado operacional (RO)		204.679			2.344.513			Nº de admissões durante o período			864			529		
Folha de pagamento bruta (FPB)		433.111			509.334			Nº de empregados(as) terceirizados(as)			10.251			11.563		
Nº de estagiários(as)								Nº de empregados(as) acima de 45 anos			1.023			1.108		
Nº de mulheres que trabalham na empresa								% de cargos de chefia ocupados por mulheres			21,14%			25,98%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa								Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais			5,00%			1,09%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais								61			71			1,57%		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial			2012 Valor (Mil reais)			2011 Valor (Mil reais)		
Alimentação		49.005	11,31%	0,49%	44.318	8,70%	0,45%	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			81,79			75,73		
Encargos sociais compulsórios		125.591	29,00%	1,26%	112.579	22,10%	1,14%	Número total de acidentes de trabalho			34			64		
Previdência privada		166.709	38,49%	1,67%	112.320	22,05%	1,14%	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:			( ) direção			(x) direção e gerências		
Saúde		44.778	10,34%	0,45%	34.880	6,85%	0,35%	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:			(x) direção e gerências			( ) todos(as) empregados(as)		
Segurança e saúde no trabalho		23.799	5,49%	0,24%	13.679	2,69%	0,14%	Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:			( ) não se envolve			(x) segue as normas da OIT		
Educação		737	0,17%	0,01%	-	0,00%	0,00%	A previdência privada contempla:			( ) direção			( ) direção e gerências		
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	A participação dos lucros ou resultados contempla:			( ) direção			( ) direção e gerências		
Capacitação e desenvolvimento profissional		6.235	1,44%	0,06%	6.402	1,26%	0,07%	Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:			( ) não são considerados			( ) são sugeridos		
Creches ou auxílio-creche		1.162	0,27%	0,01%	1.129	0,22%	0,01%	Quando à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:			( ) não se envolve			( ) apóia		
Participação nos lucros ou resultados		43.864	10,13%	0,44%	61.874	12,15%	0,63%	Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):			na empresa 21.059			no Procon 3.935		
Outros		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:			na empresa 57,8%			no Procon 54,2%		
Total - Indicadores sociais internos		461.882	106,64%	4,64%	387.181	76,02%	3,94%				na Justiça 2,376			na empresa 26.312		
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	<th colspan="3"> <th colspan="3"> </th></th>			<th colspan="3"> </th>					
Educação		8.191	4,00%	0,08%	13.703	0,58%	0,14%									
Cultura		2.107	1,03%	0,02%	11.994	0,51%	0,12%									
Saúde e saneamento		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%									
Esporte		168	0,08%	0,00%	3.521	0,15%	0,04%									
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	2.224	0,09%	0,02%									
Outros		116.132	56,74%	1,17%	220	0,01%	0,00%									
Total das contribuições para a sociedade		126.599	61,85%	1,27%	31.662	1,35%	0,32%									
Tributos (excluídos encargos sociais)		3.570	1,74%	0,04%	4.306	0,18%	0,04%									
Total - Indicadores sociais externos		130.169	63,60%	1,31%	35.808	1,53%	0,36%									
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL									
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		20.104	9,82%	0,20%	15.143	0,65%	0,15%									
Investimentos em programas e/ou projetos externos		36.977	18,07%	0,37%	57.154	2,44%	0,58%									
Total dos investimentos em meio ambiente		57.080	27,89%	0,57%	72.297	3,08%	0,74%									
Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%	( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%	( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%									
		( ) cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	( ) cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	( ) cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%									

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas	2012	2011	PASSIVO	Notas	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	114.142	162.952	Fornecedores	14	1.382.369	1.063.084
Investimentos de curto prazo	4	699.899	1.227.520	Empréstimos e financiamentos	16	33.872	88.872
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	1.594.016	1.520.600	Debêntures	16	46.808	243.309
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6	232.668	48.026	Arrendamento financeiro	16	4.494	7.977
Outros tributos compensáveis	6	182.492	84.225	Subvenções governamentais	17	760	-
Devedores diversos	7	1.708	1.669	Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	2.313	4.398
Contas a receber - acordos	8	234.315	257.518	Outros tributos a pagar	15	335.029	449.871
Outros créditos	9	130.816	105.753	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16	64.920	211.072
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	(289.691)	(354.784)	Obrigações estimadas	19	103.972	95.842
Almoxnarilado		63.936	52.553	Obrigações sociais e trabalhistas		4.088	3.131
Despesas pagas antecipadamente		1.019	773	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	21	81.805	102.078
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.965.320</b>	<b>3.106.805</b>	Provisão para processos judiciais e outros	20	170.019	168.704
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Outras obrigações	22	48.279	40.727
Outros tributos compensáveis	6	52.303	104.010	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	175.763	171.796
Cauções e depósitos vinculados	20	461.485	475.991	<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.454.298</b>	<b>2.650.861</b>
Contas a receber - acordos	8	79.740	94.780	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Outros créditos	9	50.199	104.273	Empréstimos e financiamentos	16	554.678	715.012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	(64.577)	(53.969)	Debêntures	16	2.159.784	1.436.739
Ativo financeiro de concessão	11	1.181.937	1.041.813	Arrendamento financeiro	16	2.596	4.076
Investimento		9.500	9.500	Subvenções Governamentais	17	2.738	-
Imobilizado, líquido	12	6.109	9.464	Tributos e contribuições sociais diferidos	7	158.084	151.177
Intangível	11/13	5.757.202	5.873.314	Obrigações com entidade de previdência privada	18	1.133.680	1.230.546
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.533.898</b>	<b>7.659.176</b>	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	21	2.705	27.088
				Provisão para processos judiciais e outros	20	315.148	322.110
				Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	22	25.649	76.702
				Obrigações estimadas	19	19.980	20.438
				Reserva de reversão		66.085	66.085
				Outras obrigações	23	26.949	55.436
				<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.468.076</b>	<b>4.105.409</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	24.1	1.157.629	1.057.629
				Reserva de capital	24.4	17.297	16.452
				Outros resultados abrangentes/ajustes de avaliação patrimonial	24.5	1.377.304	1.540.094
				Reserva de lucros			
				Reserva legal	24.3	221.418	211.526
				Reserva estatutária	24.3	803.196	764.994
				Proposta de distribuição de dividendos adicionais	25	-	419.016
				<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.576.844</b>	<b>4.009.711</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>10.499.218</b>	<b>10.765.981</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Opções de ações outorgadas	Outros resultados abrangentes/ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>1.057.629</b>	<b>15.632</b>	<b>1.608.956</b>	<b>211.526</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>843.614</b>	<b>3.737.357</b>
Resultado abrangente total:		-	-	-	-	-	1.572.105	-	1.572.105
Lucro líquido do exercício		-	-	40.940	-	-	-	-	40.940
Atualização do ativo financeiro de concessão		-	-	(13.919)	-	-	-	-	(13.919)
Imposto de renda e contribuição social sobre a atualização do ativo financeiro de concessão		-	-	-	-	-	-	-	-
Transações com os acionistas:									
Remuneração com base em ações	37	-	820	-	-	-	-	-	820
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	(843.614)	(843.614)
Dividendos intercalares	25	-	-	-	-	-	(290.980)	-	(290.980)
Juros sobre o capital próprio	25	-	-	-	-	-	(73.039)	-	(73.039)
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	25	-	-	-	-	-	(128.036)	-	(128.036)
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos		-	-	-	-	-	8.077	-	8.077
Mutações internas do patrimônio líquido:									
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	(145.277)	-	-	145.277	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliação patrimonial		-	-	49.394	-	-	(49.394)	-	-
Constituição de reserva estatutária	25	-	-	-	-	764.994	(764.994)	-	-
Dividendos adicionais propostos excedentes ao mínimo obrigatório	25	-	-	-	-	-	(419.016)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>1.057.629</b>	<b>16.452</b>	<b>1.540.094</b>	<b>211.526</b>	<b>764.994</b>	<b>-</b>	<b>419.016</b>	<b>4.009.711</b>
Resultados abrangentes total:									
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	107.946	-	107.946
Ativo financeiro de concessão (atualização/reversão)		-	-	(110.454)	-	-	-	-	(110.454)
Imposto de renda e contribuição social sobre o ativo financeiro de concessão (atualização/reversão)		-	-	37.554	-	-	-	-	37.554
Transações com os acionistas:									
Remuneração com base em ações	37	-	845	-	-	-	-	-	845
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	(419.016)	(419.016)
Juros sobre o capital próprio	25	-	-	-	-	-	(54.318)	-	(54.318)
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	25	-	-	-	-	-	(538)	-	(538)
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos		-	-	-	-	-	5.114	-	5.114
Mutações internas do patrimônio líquido:									
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	(136.197)	-	-	136.197	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliação patrimonial		-	-	46.307	-	-	(46.307)	-	-
Constituição de reserva legal	25	-	-	-	9.892	-	(9.892)	-	-
Constituição de reserva estatutária	25	-	-	-	-	138.202	(138.202)	-	-
Aumento de capital com parte da reserva estatutária	24.1	100.000	-	-	-	(100.000)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>1.157.629</b>	<b>17.297</b>	<b>1.377.304</b>	<b>221.418</b>	<b>803.196</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.576.844</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	2012	2011
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	27	<b>9.959.198</b>	<b>9.835.578</b>
<b>CUSTO OPERACIONAIS</b>			
<b>Custos com energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	28	(5.165.493)	(4.305.026)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra	28	(210.785)	(159.045)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	28	(1.482.190)	(1.225.077)
Taxa de fiscalização			



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**3.11. Benefícios a empregados**  
A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários - vide notas explicativas nos 18 e 19.  
O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.  
O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.  
Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.  
O ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados e ganhos ou perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano.  
A Companhia adota o método do corredor para reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais. Quando o valor acumulado líquido dos ganhos ou perdas atuariais não reconhecidos, para cada plano, no final do período base anterior ultrapassar 10% do maior entre a obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data (método do corredor), o valor excedente dos ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos como receita ou despesa ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.  
Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.  
**3.12. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**  
Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.  
**3.13. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante**  
Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.  
**3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**  
Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.  
O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.  
As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas-base de elaboração das demonstrações contábeis da Companhia não havia ajustes significativos decorrentes de ajustes a valor presente de ativos ou passivos.  
**3.15. Distribuição de dividendos**  
Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.  
O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.  
Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação reconhecida em exercícios anteriores, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.  
Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.  
A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.  
Os dividendos a juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.  
**3.16. Pagamento baseado em ações**  
A The AES Corporation mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela The AES Corporation são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.  
De acordo com o CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações, o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos funcionários da Companhia. Ainda de acordo com o CPC 10 (R1), a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da The AES Corporation.  
**3.17. Reconhecimento da receita**  
A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Em atendimento ao CPC 30 (R1) - Receitas, a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida, apresentada nas Demonstrações de Resultado, está demonstrada na nota explicativa nº 27. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.  
**(a) Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica**  
Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada à medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.  
**(b) Receita de juros**  
A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal aplicado, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.  
**(c) Contratos de construção**  
As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS11) Contratos de Construção. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando o modelo regulatório vigente, o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada a construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.  
**3.18. Contratos de arrendamento**  
Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.  
Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.  
**3.19. Encargos setoriais**  
**(a) Reserva Global de Reversão (RGR)**  
Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.  
**(b) Conta Consumo de Combustível (CCC)**  
Encargo referente ao rateio dos custos de geração de energia termoeletrica nos sistemas isolados subtraída a parcela equivalente ao custo médio da energia e potência comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada. Os consumidores dos sistemas isolados, sistema interligado e do mercado livre também contribuem para o reembolso da CCC na proporção do consumo total de energia. O valor anual previsto pela ANEEL concatenado ao reajuste da distribuidora e repassado as tarifas é pago pela distribuidora em duodécimos.  
**(c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**  
Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, promovendo a universalização do serviço de energia elétrica. O valor anual homologado pela ANEEL não está concatenado ao reajuste da distribuidora e é pago pela distribuidora em duodécimos.  
**(d) P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e Eficiência Energética**  
De acordo com a Lei nº 9.991/2000 e posteriores atualizações, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo sobre a sua receita operacional líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.  
As concessionárias de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 0,5% da ROL em projetos de pesquisa e desenvolvimento e 0,5% em programas de eficiência energética voltados ao setor elétrico.  
**(e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**  
O encargo TFSEE é um valor anual estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita destinada à cobertura do custeio de suas atividades. Equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, calculado e homologado pela ANEEL, concatenado ao reajuste da distribuidora e recolhido em duodécimos.  
**(f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)**  
Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.  
**(g) Encargo de Energia de Reserva (EER)**  
Encargo específico destinado a cobrir os custos decorrentes da contratação de energia de reserva, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, a ser rateado entre os Usuários de Energia de Reserva, ou seja, agentes de distribuição, consumidores livres, consumidores especiais, autoprodutores na parcela da energia adquirida, agentes de geração com perfil de consumo ou agentes de exportação que seja agente da CCEE. O valor é apurado mensalmente pela CCEE e é recolhido pela distribuidora e outros agentes.  
**(h) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)**  
Encargo criado com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica (energia eólica, biomassa e pequena central hidrelétrica). O custeio do PROINFA é estabelecido em conformidade com o Plano Anual do PROINFA - PAP, elaborado pela Eletrobrás, sendo suas quotas determinadas em função do mercado relativo aos consumidores cativos, livres e autoprodutores (caso o consumo seja maior que a geração própria) de cada distribuidora. O valor anual atribuído à concessionária é recolhido em duodécimos.  
**(i) Operador Nacional do Sistema (ONS)**  
Encargo recolhido pelas distribuidoras mensalmente, relativo ao custeio das atividades de coordenação e controle da operação dos sistemas elétricos interligados, da administração e coordenação da prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica por parte das transmissoras aos usuários que tem acesso a rede básica, dentre outras atividades.  
**3.20. Ativos e passivos regulatórios**  
A partir da adoção do IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser diferidos, gerando assim volatilidade nos resultados da Companhia.  
O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de "Parcela A".  
Não há previsão de reconhecimento de ativos e/ou passivos regulatórios no IFRS, tendo em vista que os mesmos não atendem ao conceito de ativo do Framework.  
**3.21. Lucro por ação**  
A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento CPC 41 (IAS 33) Resultado por ação.  
O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação.  
O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Conseqüentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.  
Quando um instrumento tem o potencial de reduzir o lucro básico por ação, ele é considerado um "título participante". O "título participante" deverá ser utilizado para computar o lucro por ação diluído.  
**3.22. Segmento de negócios**  
Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.  
Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.  
**3.23. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**  
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros a medida que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.  
**(a) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego**  
A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.  
O plano de contribuição definida não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas. Em relação ao plano de benefício definido, a Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria através de avaliação atuarial realizada em bases anuais com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.  
As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:  
**Taxa de desconto**  
De acordo com o pronunciamento CPC 33 - Benefícios a Empregados, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Se não houver mercado ativo desses títulos, devem ser usados os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional.  
Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido. Conforme descrito na nota explicativa nº 18, a Companhia utilizou a taxa real de 3,75% a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.  
**Taxa de mortalidade**  
A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país.  
A Fundação CESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

**Aumento salarial e inflação**  
Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.  
**Taxa esperada de retorno de ativos**  
A taxa esperada de retorno dos ativos do plano é determinada com base em um estudo conduzido por empresa de consultoria financeira especializada, que analisa o casamento de longo prazo entre os ativos e as obrigações do plano, dado o cenário econômico.  
Com a adoção do novo pronunciamento CPC 33(R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação nº 695/2012 de 13 de dezembro de 2012 e vigente a partir de 01 de janeiro de 2013, a taxa esperada de retorno de ativos do plano será a mesma utilizada para descontar o valor do passivo (taxa de desconto mencionada acima) - vide nota explicativa nº 18.2.

- (b) Amortização do ativo intangível de concessão**  
Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.  
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.  
Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 474, que alterou as taxas anuais de depreciação de alguns ativos em serviço. De acordo com essa Resolução as alterações nas taxas têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2012 (prospectivamente). Desta forma, a Companhia adotou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução nº 474 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- (c) Vida útil dos bens do imobilizado**  
Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor entre a sua vida útil econômica estimada ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.
- (d) Provisão para processos judiciais e outros**  
De acordo com a nota explicativa nº 3.6, a Companhia constitui provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda.  
As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, trimestralmente.
- (e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração**  
A Companhia revisa, no mínimo, em bases anuais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (vide nota explicativa nº 3.5). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.  
O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.  
O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC regulatório. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolção.  
Em 31 de dezembro de 2012, a Administração estima que os valores contábeis serão recuperados através de suas operações futuras.

- (f) Impostos**  
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.
- (g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota explicativa nº 3.1 (c).
- (h) Ativo financeiro de concessão**  
Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, o ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Sobre esse ativo a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das *commodities* relacionadas à infraestrutura.  
A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR depreciado. Dessa forma nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IGP-M como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela desse ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

- (i) Valor justo de instrumentos financeiros**  
O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.  
O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 34.
- (j) Transações com pagamentos baseados em ações**  
A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações, requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

- 3.24. Demonstração do resultado**  
A demonstração do resultado está apresentada pela natureza das despesas e receitas operacionais.  
**3.25. Novos pronunciamentos e interpretações**  
A CVM aprovou os seguintes pronunciamentos e interpretações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:
- CPC 17(R1) - Contratos de construção - Deliberação CVM nº 691 de 8 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
  - CPC 18(R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto - Deliberação CVM nº 696 de 13 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
  - CPC 19(R2) - Negócios em conjunto - Deliberação CVM nº 694 de 23 de novembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
  - CPC 30(R1) - Receitas - Deliberação CVM nº 692 de 8 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
  - CPC 33(R1) - Benefícios a empregados - Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
  - CPC 35(R2) - Demonstrações separadas - Deliberação CVM nº 693 de 8 de novembro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
  - CPC 36(R3) - Demonstrações consolidadas - Deliberação CVM nº 698 de 20 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
  - CPC 40(R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Deliberação CVM nº 684 de 30 de agosto de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
  - CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades - Deliberação CVM nº 697 de 13 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
  - CPC 46 - Mensuração do valor justo - Deliberação nº 699 de 20 de dezembro de 2012; A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
  - ICPC 08(R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - Deliberação CVM nº 683 de 30 de agosto de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
  - ICPC 09(R1) - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial - Deliberação CVM nº 687 de 4 de outubro de 2012. A norma encontra-se em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve mudanças significativas na adoção dos pronunciamentos acima mencionados. Em relação aos pronunciamentos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia somente apresenta impacto significativo na adoção do CPC 33(R1) - Benefícios a empregados o qual foi detalhado na nota explicativa nº 18.2.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

### Caixa e equivalentes de caixa:

	2012	2011
Numerário disponível	80.587	24.686
Numerário em trânsito	33.555	30.106
CDB-DI (i)	-	10.102
Operação compromissada (i)	-	98.058
<b>Subtotal</b>	<b>114.142</b>	<b>162.952</b>

### Investimentos de curto prazo:

	2012	2011
CDB-DI (i)	83.509	475.361
Operação compromissada (i)	593.438	731.244
Títulos públicos (ii)	22.931	20.915
Fundo de investimento	21	-
<b>Subtotal</b>	<b>699.899</b>	<b>1.227.520</b>
<b>Total</b>	<b>814.041</b>	<b>1.390.472</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

- (i) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas(\*) foram remunerados, em média, a 102,41% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (102,27% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011).
- (ii) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC.
- (\*) Operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de venda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

As políticas de investimentos financeiras da Companhia determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não mantinha linhas de financiamento comprometidas e não sacadas.

## 5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

	2012					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<b>CIRCULANTE</b>						
<b>Consumidores - fornecimento:</b>						
Residencial	278.769	245.420	34.977	559.166	(47.661)	511.505
Industrial	65.818	34.066	24.980	124.864	(21.941)	102.923
Comercial	188.218	66.099	21.142	275.459	(12.348)	263.111
Rural	140	76	7	223	(1)	222
<b>Poder público:</b>						
Federal	3.066	867	243	4.196	(352)	3.844
Estadual	11.508	3.208	2.395	17.111	(2.132)	14.979
Municipal	13.695	4.015	6.198	23.908	(4.639)	19.269
Iluminação pública	15.040	3.463	1.276	19.779	(446)	19.333
Serviço público	11.032	12.272	2.373	25.677	(2.253)	23.424
<b>Total - Faturado</b>	<b>587.306</b>	<b>369.486</b>	<b>93.591</b>	<b>1.050.383</b>	<b>(91.773)</b>	<b>958.610</b>
Não faturado	526.631	-	-	526.631	-	526.631
<b>Total</b>	<b>1.113.937</b>	<b>369.486</b>	<b>93.591</b>	<b>1.579.014</b>	<b>(91.773)</b>	<b>1.487.241</b>
<b>Concessionárias e permissionárias:</b>						
Energia no curto prazo - CCEE	12.064	-	-	12.064	-	12.064
Encargos de uso da rede	140	-	-	140	-	140
Outros	2.798	-	-	2.798	-	2.798
<b>Total</b>	<b>15.002</b>	-	-	<b>15.002</b>	-	<b>15.002</b>
<b>Total - CIRCULANTE</b>	<b>1.130.939</b>	<b>369.486</b>	<b>93.591</b>	<b>1.594.016</b>	<b>(91.773)</b>	<b>1.502.243</b>

	2011					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<b>CIRCULANTE</b>						
<b>Consumidores - fornecimento:</b>						
Residencial	214.921	257.529	39.996	512.446	(46.964)	465.482
Industrial	50.453	34.911	32.100	117.464	(22.623)	94.841
Comercial	130.513	76.463	34.517	241.493	(25.694)	215.799
Rural	89	79	7	175	(1)	174
<b>Poder público:</b>						
Federal	2.736	1.033	298	4.067	(318)	3.749
Estadual	8.716	2.746	2.283	13.745	(2.132)	11.613
Municipal	13.682	4.420	1.796	19.898	(5.142)	14.756
Iluminação pública	14.560	1.773	1.153	17.486	(572)	16.914
Serviço público	10.374	12.578	2.634	25.586	(1.475)	24.111
<b>Total - Faturado</b>	<b>446.044</b>	<b>391.532</b>	<b>114.784</b>	<b>952.360</b>	<b>(104.921)</b>	<b>847.439</b>
Não faturado	542.907	-	-	542.907	-	542.907
<b>Total</b>	<b>988.951</b>	<b>391.532</b>	<b>114.784</b>	<b>1.495.267</b>	<b>(104.921)</b>	<b>1.390.346</b>
<b>Concessionárias e permissionárias:</b>						
Energia no curto prazo - CCEE	24.820	-	-	24.820	-	24.820
Encargos de uso da rede	513	-	-	513	-	513
<b>Total</b>	<b>25.333</b>	-	-	<b>25.333</b> </		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**6. Tributos a recuperar**

	2012	2011
<b>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Contribuição social	63.584	7.220
Imposto de renda	159.204	29.479
Imposto de renda retido na fonte	9.880	11.327
<b>Total</b>	<b>232.668</b>	<b>48.026</b>
<b>Outros tributos compensáveis</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	2.081	2.074
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	68.166	58.525
ICMS - transferência de créditos (*)	2.403	-
Cofins	19.464	18.296
Pis	5.432	5.179
Pis - crédito tributário (**)	84.782	-
Outros	164	151
<b>Subtotal</b>	<b>182.492</b>	<b>84.225</b>
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 10	(1.963)	(1.963)
<b>Saldo líquido de PCLD</b>	<b>180.529</b>	<b>82.262</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Pis - crédito tributário (**)	-	60.609
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	52.303	43.401
<b>Subtotal</b>	<b>52.303</b>	<b>104.010</b>
<b>Total</b>	<b>234.795</b>	<b>188.235</b>

(\*) Transferência de créditos acumulados de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, em favor da Companhia, em consonância com o Artigo 84 do Decreto nº 45.490/2000 e autorização concedida pela Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ, para compensação de ICMS que a Companhia recolherá para a SEFAZ-SP.

(\*\*) PIS Compensação: ação judicial que busca o reconhecimento dos créditos de PIS originados pelas alterações contidas nos Decretos nos 2.445 e 2.449 de 1988, na medida em que a cobrança de tais quantias foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Houve decisão favorável definitiva em maio de 2012. A Companhia revisou os cálculos e apurou um crédito adicional de R\$ 22.890 (sendo R\$ 4.412 de principal no resultado operacional e R\$ 18.478 de variação monetária no resultado financeiro) que foi contabilizado em setembro de 2012. A Companhia espera compensar este tributo com tributos federais em um ano. Desta forma, todo o saldo foi reclassificado para o circulante.

**7. Tributos e contribuições sociais diferidos**

	Balança Patrimonial		Resultado	
	2012	2011	2012	2011
<b>a) O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:</b>				
Provisão de benefício a empregados	255.444	291.040	(35.596)	(40.784)
Provisão para processos judiciais e outros	155.178	154.781	397	(45.536)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	119.535	138.060	(18.525)	(27.010)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios para fins de CPC	(245.073)	(45.767)	(199.306)	(2.771)
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(709.520)	(755.827)	46.307	49.394
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	167.541	-	167.541	-
Atualização do ativo financeiro de concessão (*)	5.140	(37.554)	5.140	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	102.313	88.923	13.390	20.623
Outros	(8.642)	15.167	(23.809)	28.103
<b>Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>(44.461)</b>	<b>(17.981)</b>
<b>Passivo fiscal diferido, líquido</b>	<b>(158.084)</b>	<b>(151.177)</b>		
			<b>2012</b>	<b>2011</b>
Tributos diferidos ativos	913.401	940.496		
Tributos diferidos passivos	(1.071.485)	(1.091.673)		
	<b>(158.084)</b>	<b>(151.177)</b>		

Devido principalmente aos impactos da revisão tarifária, a Companhia apurou prejuízo fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e constituiu impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 167.541, os quais possuem expectativa de realização nos próximos exercícios.

(\*) Conforme descrito na nota explicativa no 3.3, a Companhia em 31 de dezembro de 2012 reconheceu no resultado do exercício corrente, o saldo referente à estimativa de atualização do ativo financeiro de concessão, anteriormente reconhecida no patrimônio líquido. Desta forma, os tributos diferidos anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido foram também registrados no resultado do exercício corrente.

Movimentação dos tributos diferidos			
	2012	2011	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>			<b>(119.277)</b>
Impacto no resultado			(17.981)
Impacto no patrimônio líquido			(13.919)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>			<b>(151.177)</b>
Impacto no resultado			(44.461)
Impacto no patrimônio líquido			37.554
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>			<b>(158.084)</b>

De acordo com a Instrução CVM nº 371, a Companhia elaborou, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estudo técnico demonstrando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais deverão ser suficientes para garantir a realização dos tributos diferidos ativos. Esse estudo técnico foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de dezembro de 2012.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros e estimativa da Administração, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2012		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
<b>b) Prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos:</b>			
2013	159.145	57.292	216.437
2014	136.438	49.118	185.556
2015	100.058	36.021	136.079
2016	97.199	34.992	132.191
2017	85.736	30.865	116.601
2018 - 2020	92.075	33.147	125.222
2021 - 2022	967	348	1.315
	<b>671.618</b>	<b>241.783</b>	<b>913.401</b>

A Companhia revisa anualmente o valor contábil dos tributos diferidos ativos e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração da Companhia.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados na expectativa de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

**8. Contas a receber - acordos e outras contas a receber**

A composição do saldo do contas a receber - acordos é como segue:

	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>		
<b>Termo de confissão de dívida:</b>		
Prefeitura municipal de São Paulo (i)	-	75.453
Prefeituras municipais diversas	24.115	28.817
Consumidores	209.449	151.878
Outros	1.770	1.770
<b>Subtotal</b>	<b>234.315</b>	<b>257.518</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PMSP - nota explicativa nº 10	-	(75.453)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - consumidores - nota explicativa nº 10	(175.258)	(148.454)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 10	(19.143)	(20.414)
<b>Saldo líquido de PCLD</b>	<b>39.914</b>	<b>13.197</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Termo de confissão de dívida:</b>		
Prefeituras municipais diversas	50.314	70.534
Consumidores	29.426	24.246
<b>Subtotal</b>	<b>79.740</b>	<b>94.780</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - consumidores - nota explicativa nº 10	(27.527)	(5)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 10	(37.050)	(53.948)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - acordos outros - nota explicativa nº 10	-	(16)
<b>Saldo líquido de PCLD</b>	<b>15.163</b>	<b>40.811</b>

(i) Refere-se a acordo para novação e pagamento de dívidas e outras avenças entre a Companhia e a Prefeitura do Município de São Paulo (Prefeitura) celebrado em 5 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 344.161, cujo o pagamento foi efetuado em quatro parcelas, sendo a primeira no montante de R\$ 117.800 em 30 de julho de 2009 e três parcelas anuais no montante de R\$ 75.453. Em 30 de julho de 2012 a Prefeitura efetuou o pagamento da quarta e última parcela do referido acordo.

**9. Outros créditos**

	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>		
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	35.777	32.155
Alienação de bens e direitos	482	4.061
Financiamento à Cesp	222	317
Cauções e depósitos vinculados (*)	67.531	51.070
Outros	26.804	18.150
<b>Total</b>	<b>130.816</b>	<b>105.753</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos - diversos - nota explicativa nº 10	-	(74)
<b>Saldo líquido de PCLD</b>	<b>130.816</b>	<b>105.679</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda. - nota explicativa nº 32	15.112	14.184
Programa Reluz - PMSP	-	1.408
Programa Reluz - PMSBC	3.728	3.728
Bens e direitos destinados a alienação - nota explicativa nº 23	26.795	80.439
Financiamento à Cesp	4.367	4.367
Outros	147	147
<b>Total</b>	<b>50.199</b>	<b>104.273</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia ofereceu como garantia para o mercado de curto prazo da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e para Leilão de Energia parte de seus investimentos no montante de R\$ 67.097, para cumprir exigências de compra de energia elétrica.

**10. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD**

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa são como segue:

Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2011	Provisões	Reversões	Transferências	Baixa para perdas	Saldo final 31.12.2012
<b>CIRCULANTE</b>						
Consumidores - nota explicativa nº 5	104.921	104.805	(3.720)	-	(114.233)	91.773
Serviços prestados	3.505	-	(632)	-	(1.319)	1.554
Contas a receber - acordos - consumidores - nota explicativa nº 8	148.454	132.065	(77.208)	(27.522)	(531)	175.258
Contas a receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	20.414	758	(20.162)	18.133	-	19.143
Contas a receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota explicativa nº 8	75.453	-	(75.453)	-	-	-
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 6	1.963	-	-	-	-	1.963
Outros créditos - nota explicativa nº 9	74	-	(74)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>354.784</b>	<b>237.628</b>	<b>(177.249)</b>	<b>(9.389)</b>	<b>(116.083)</b>	<b>289.691</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Contas a receber - acordos - consumidores - nota explicativa nº 8	5	-	-	27.522	-	27.527
Contas a receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	53.948	1.235	-	(18.133)	-	37.050
- outros - nota explicativa nº 8	16	-	(16)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>59.969</b>	<b>1.235</b>	<b>(16)</b>	<b>9.389</b>	<b>-</b>	<b>64.577</b>
<b>Total Geral</b>	<b>408.753</b>	<b>238.863</b>	<b>(177.265)</b>	<b>-</b>	<b>(116.083)</b>	<b>354.268</b>
Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2010	Provisões	Reversões	Transferências	Baixa para perdas	Saldo final 31.12.2011
<b>CIRCULANTE</b>						
Consumidores - nota explicativa nº 5	150.442	100.096	(61.287)	-	(84.330)	104.921
Serviços prestados	5.929	17.267	(15.283)	-	(4.408)	3.505
Contas a receber - acordos - consumidores - nota explicativa nº 8	91.168	122.101	(63.828)	93	(1.080)	148.454
Contas a receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	18.600	99	(17.464)	19.179	-	20.414
Contas a receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota explicativa nº 8	75.453	-	(75.453)	75.453	-	75.453
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 6	1.963	-	-	-	-	1.963
Outros créditos - nota explicativa nº 9	246	-	(172)	-	-	74
<b>Total</b>	<b>343.801</b>	<b>239.563</b>	<b>(233.487)</b>	<b>94.725</b>	<b>(89.818)</b>	<b>354.784</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Contas a receber - acordos - consumidores - nota explicativa nº 8	98	-	-	(93)	-	5
Contas a receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	68.193	4.934	-	(19.179)	-	53.948
Contas a receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota explicativa nº 8	75.453	-	-	(75.453)	-	-
Contas a receber - acordos - outros - nota explicativa nº 8	645	-	(629)	-	-	16
<b>Total</b>	<b>144.389</b>	<b>4.934</b>	<b>(629)</b>	<b>(94.725)</b>	<b>-</b>	<b>53.969</b>
<b>Total Geral</b>	<b>488.190</b>	<b>244.497</b>	<b>(234.116)</b>	<b>-</b>	<b>(89.818)</b>	<b>408.753</b>

A seguir a Companhia apresenta a composição dos resultados de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2012	2011
Provisão	(238.863)	(244.497)
Reversão	177.265	234.116
Receita com recuperação de perdas (*)	22.135	19.744
Outras	300	2.000
<b>(Despesa)/Receita com PCLD no resultado do exercício</b>	<b>(39.163)</b>	<b>11.363</b>

(\*) Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda.

**11. Contratos de concessão público - privado**

	2012	2011
<b>Ativo financeiro</b>		
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	1.041.813
<b>Intangível</b>		
Ativo intangível de concessão - nota explicativa nº 13	5.757.202	5.873.314
<b>Total contratos de concessão público - privado</b>	<b>6.939.139</b>	<b>6.915.127</b>

O ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de concessão estabelece as diretrizes para a contabilização dos contratos de concessão pelos operadores (concessionárias). De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado pelo ativo financeiro de concessão e ativo intangível.

	Ativo financeiro de concessão	Atualização do ativo financeiro de concessão	Total do ativo financeiro de concessão
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>931.359</b>	<b>110.454</b>	<b>1.041.813</b>
Adições provenientes do ativo intangível em curso	140.016	-	140.016
Baixas	(8.326)	-	(8.326)
Atualização monetária (*)	-	(125.573)	(125.573)
Transferência proveniente do intangível de concessão - nota explicativa nº 13	134.007	-	134.007
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.197.056</b>	<b>(15.119)</b>	<b>1.181.937</b>

(\*) A Companhia com base no laudo de avaliação referente ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária, registrou redução do ativo financeiro de concessão. O montante referente ao ajuste do laudo de avaliação foi parcialmente compensado pelo registro da variação do IGP-M para os meses posteriores à revisão tarifária. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.3, com a introdução da Medida Provisória 579, a Companhia mudou prospectivamente sua política contábil e reclassou para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, todo o ajuste acumulado da valorização anteriormente registrado no patrimônio líquido.

**Características do contrato de concessão da companhia**

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

O término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro de concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre a cada 4 anos.

**Medida Provisória nº 579 e Decreto nº 7.805**

Com objetivo de estimular a economia do país, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal anunciou cortes nos custos de energia para consumidores residenciais e industriais através da Medida Provisória nº 579 ("MP 579"). O tema foi regulamentado e detalhado através do Decreto nº 7.805, de 2012 da Lei 12.783/13 (conversão da MP 579 em Lei), Medida Provisória 605/13 e do Decreto 7.891/13.

O programa, conforme noticiado pelo Governo, visa reduzir as tarifas no país em 20%, em média (mesma redução média estimada para a Companhia) e baseia-se em

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**16. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro**

16.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Venci-mento	Taxa efetiva (**) (%)	2012						
		Circulante			Não circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
<b>Empréstimos e financiamentos</b>								
<b>Moeda estrangeira:</b>								
STN - Resolução nº 96/1993	2013	6,00	1	30	-	31	-	-
<b>Moeda nacional:</b>								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.8	2015	5,00	-	881	-	881	1.321	- 1.321
BNDES Finame - a.9	2016	8,70	48	891	-	939	3.692	- 3.692
FINEP (*) - a.10	2020	4,00	35	(760)	-	(725)	17.344	- 17.344
Cédulas de crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.12	2019	CDI+2,00	4.301	30.000	(1.843)	32.458	540.000	(7.679)
Outros			275	-	-	275	-	-
<b>Total</b>			<b>4.660</b>	<b>31.042</b>	<b>(1.843)</b>	<b>33.859</b>	<b>562.357</b>	<b>(7.679)</b>
<b>Debêntures</b>								
Debêntures - 9ª Emissão - a.1	2018	CDI+2,33	-	-	(2.053)	5.334	250.000	(7.441)
Debêntures - 11ª Emissão - a.3	2018	CDI+1,86	-	-	(126)	2.460	200.000	(660)
Debêntures - 13ª Emissão - a.5	2020	CDI+1,90	3.949	20.000	(949)	23.000	380.000	(4.468)
Debêntures - 14ª Emissão - a.6	2021	CDI+1,66	4.126	-	(374)	3.752	600.000	(4.027)
Debêntures - 15ª Emissão - a.7	2018	CDI+1,40	13.037	-	(775)	12.262	750.000	(3.620)
<b>Total</b>			<b>31.085</b>	<b>20.000</b>	<b>(4.277)</b>	<b>46.808</b>	<b>2.180.000</b>	<b>(20.216)</b>
<b>Arrendamento financeiro</b>								
Arrendamento financeiro - a.13		8,51 a 13,90	-	4.494	-	4.494	2.596	- 2.596
<b>Total</b>				<b>4.494</b>		<b>4.494</b>	<b>2.596</b>	
<b>Total da dívida</b>			<b>35.745</b>	<b>55.536</b>	<b>(6.120)</b>	<b>85.161</b>	<b>2.744.953</b>	<b>(27.895)</b>

(\*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das Subvenções Governamentais.

Venci-mento	Taxa efetiva (**) (%)	2011						
		Circulante			Não circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
<b>Empréstimos e financiamentos</b>								
<b>Moeda estrangeira:</b>								
STN - Resolução nº 96/1993	2013	6,00	1	28	-	29	28	- 28
<b>Moeda nacional:</b>								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.8	2015	5,00	-	754	-	754	1.885	- 1.885
BNDES - Finame - a.9	2016	8,70	30	-	-	30	4.029	- 4.029
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a.11	2015	CDI+2,51	3.173	50.000	(960)	52.193	150.000	(1.407)
Cédulas de crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.12	2019	CDI+2,00	7.395	30.000	(1.804)	35.591	570.000	(9.523)
Outros			275	-	-	275	-	-
<b>Total</b>			<b>10.874</b>	<b>80.782</b>	<b>(2.784)</b>	<b>88.872</b>	<b>725.942</b>	<b>(10.930)</b>
<b>Debêntures</b>								
Debêntures - 9ª Emissão - a.1	2018	CDI+2,42	11.678	-	(837)	10.841	250.000	(4.801)
Debêntures - 10ª Emissão - a.2	2013	CDI+2,07	13.956	199.980	(2.243)	211.693	199.980	(1.076)
Debêntures - 11ª Emissão - a.3	2018	CDI+1,86	4.131	-	(112)	4.019	200.000	(786)
Debêntures - 12ª Emissão - a.4	2014	CDI+1,50	11.927	-	(780)	11.147	400.000	(1.162)
Debêntures - 13ª Emissão - a.5	2020	CDI+1,90	6.508	-	(899)	5.609	400.000	(5.416)
<b>Total</b>			<b>48.200</b>	<b>199.980</b>	<b>(4.871)</b>	<b>243.309</b>	<b>1.449.980</b>	<b>(13.241)</b>
<b>Arrendamento financeiro</b>								
Arrendamento financeiro - a.13		10,11 a 13,90	-	7.977	-	7.977	4.076	- 4.076
<b>Total</b>				<b>7.977</b>		<b>7.977</b>	<b>4.076</b>	
<b>Total da dívida</b>			<b>59.074</b>	<b>288.739</b>	<b>(7.655)</b>	<b>340.158</b>	<b>2.179.998</b>	<b>(24.171)</b>

(\*\*) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Não há valores pendentes de utilização advindos de financiamentos já contratados.

Os empréstimos e financiamentos STN - Resolução nº 96/1993 e (ii) RELUZ - Eletrobrás, possuem como garantia a receita da Companhia, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. FINAME E FINEP possuem como garantia, cartas fiança contratadas pela Companhia, conforme detalhado abaixo:

	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
FINAME	1	4.584	1,10%
FINEP	2	20.493	0,70% e 1,00%

Os demais empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

**16.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:**

(a.1) Debêntures - 9ª Emissão - R\$ 250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local, com vencimento final em agosto de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
9ª Emissão	CDI + 1,12%	Semestrais	Anual R\$ 75.000	Agosto de 2015
			R\$ 75.000	Agosto de 2016
			R\$ 25.000	Agosto de 2017
			R\$ 75.000	Agosto de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos obtidos por meio da 9ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegotiadas entre a Companhia e bancos credores em 2004.

Em 12 de setembro de 2012, a Companhia assinou o quarto aditivo contratual, renegotiando a taxa de juros incidente sobre esta dívida (taxa contratual), a qual reduziu de 1,75% para 1,12% ao ano. A Companhia efetuou análises desta nova dívida conforme requerido pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e concluiu que não houve alteração substancial em seus termos e, desta forma, concluiu que houve modificação do passivo financeiro existente. Os custos adicionais incorridos foram diferidos e serão amortizados durante o termo restante do passivo modificado.

(a.2) Debêntures - 10ª Emissão - R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 15 de setembro de 2007, no mercado local, com vencimento final em setembro de 2013.

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos com a 10ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado da 8ª Emissão de Debêntures. Em 29 de outubro de 2012, a Companhia realizou o resgate antecipado do saldo da 10ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$ 199.980. As Debêntures foram resgatadas, cada uma, pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a data do último pagamento da remuneração até a data do efetivo resgate, e de prêmio, calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração mencionada no item acima, equivalente a 0,5%, o que corresponde a R\$ 1.009. Os recursos para pagamento do resgate total foram provenientes da 15ª Emissão de Debêntures.

(a.3) Debêntures - 11ª Emissão - R\$ 200.000 em debêntures, ocorrida em 23 de outubro de 2007, com data de emissão em 1º de novembro de 2007, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
11ª Emissão	CDI + 1,75%	Semestrais	Anual R\$ 100.000	Novembro de 2016
			R\$ 100.000	Novembro de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos obtidos com a 11ª Emissão de Debêntures, foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição da Companhia, no curso regular de seus negócios.

(a.4) Debêntures - 12ª Emissão - R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 1º de abril de 2010, no mercado local, com vencimento final em abril de 2014.

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos captados com a 12ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos Bonds denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010.

Em 6 de novembro de 2012, a Companhia realizou o resgate antecipado da 12ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$ 400.000. As Debêntures foram resgatadas, cada uma, pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a data do último pagamento da remuneração até a data do efetivo resgate, e de prêmio, calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração mencionada no item acima, equivalente a 0,25%, o que corresponde a R\$ 1.408. Os recursos para pagamento do resgate total foram provenientes da 15ª Emissão de Debêntures.

(a.5) Debêntures - 13ª Emissão - R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 14 de maio de 2010, no mercado local, com vencimento final em maio de 2020.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
13ª Emissão	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 20.000	Maio de 2013
			R\$ 20.000	Maio de 2014
			R\$ 40.000	Maio de 2015
			R\$ 40.000	Maio de 2016
			R\$ 80.000	Maio de 2017
			R\$ 80.000	Maio de 2018
			R\$ 80.000	Maio de 2019
			R\$ 40.000	Maio de 2020

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos captados com a 13ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos Bonds denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010.

(a.6) Debêntures - 14ª Emissão - R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 28 de novembro de 2011, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2021.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
14ª Emissão	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 60.000	Novembro de 2018
			R\$ 180.000	Novembro de 2019
			R\$ 180.000	Novembro de 2020
			R\$ 180.000	Novembro de 2021

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos captados com a 14ª Emissão de Debêntures foram utilizados para recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012.

(a.7) Debêntures - 15ª Emissão - R\$ 750.000 em debêntures, ocorrida em 9 de outubro de 2012, no mercado local, com vencimento em outubro de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
15ª Emissão	CDI + 1,24%	Semestrais	Anual R\$ 250.000	Outubro de 2016
			R\$ 250.000	Outubro de 2017
			R\$ 250.000	Outubro de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos obtidos com a 15ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado da 10ª Emissão de Debêntures, 12ª Emissão de Debêntures e Cédulas de Crédito Bancário (CCB's), lideradas pelo Banco Citibank S.A. Diante disso, a Companhia efetuou análises desta nova dívida conforme requerido pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e concluiu que houve alteração substancial em seus termos, caracterizando a extinção dos passivos financeiros existentes, os quais foram liquidados com a 15ª Emissão de Debêntures. Desta forma, os saldos dos custos a amortizar das referidas dívidas liquidadas, foram reconhecidas no resultado do exercício.

Os custos referentes à 15ª Emissão foram diferidos e estão sendo amortizados pelo prazo da dívida. (a.8) RELUZ - Eletrobrás - financiamento caracterizado pelo Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás. O RELUZ tem o objetivo de promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de Iluminação Pública, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. O Programa é viabilizado através de contratos de financiamento firmados entre a Companhia e a Eletrobrás e entre a Companhia e os Municípios. A Eletrobrás financia a concessionária até o limite de 75% do valor do Projeto. Em 11 de março de 2008, a Eletrobrás concedeu crédito à Companhia, para financiamento de projeto de melhoria do sistema de iluminação pública do Município de São Bernardo do Campo - SBC, no valor de R\$ 5.352.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
RELUZ - SBC	5%	Mensal	Mensal	Junho de 2015

A Eletrobrás, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, concedeu à Companhia, crédito nos valores e datas demonstrados nas tabelas abaixo:

Data	Contrato	Liberações
26/05/2009	CFC - 2666	535
01/06/2010	CFC - 2666	2.600
25/06/2010	CFC - 2666	594
15/12/2011	CFC - 2666	455
<b>Total dívida</b>		<b>4.184</b>

(a.9) BNDES - Finame - Banco Itaú - em maio de 2011, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$ 4.583 para a compra de medidores, com carência de 24 meses para pagamento de principal.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
FINAME	8,7%	Trimestral até maio de 2013. A partir desta data mensal	Mensal (a partir de junho de 2013)	Maio de 2016

(a.10) Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - em 8 de fevereiro de 2012, a Companhia obteve junto a FINEP recursos no montante de R\$ 37.096 para o financiamento de projetos de inovação. O montante total aprovado é liberado de acordo com cronograma de realizações previsto em contrato. O total liberado até 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 19.881.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
FINEP	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014)	Maio de 2020

Esse contrato de financiamento obtido junto à instituição FINEP possui como principal característica as taxas de juros contratuais inferiores com relação às taxas de mercado e está relacionado diretamente ao financiamento de projetos de inovação. Desse modo, o subsídio concedido nas taxas de juros desse financiamento é qualificado como uma subvenção governamental (vide nota explicativa nº 17).

(a.11) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo sindicalizado no Brasil formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Citibank S.A., ocorrido em 12 de maio de 2006, no montante principal de R\$ 300.000, com vencimento final em maio de 2015. Em 12 de novembro de 2012, a Companhia realizou o pagamento antecipado total do saldo das Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) lideradas pelo Banco Citibank. As Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) foram pagas, pelo saldo, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a data do último pagamento da remuneração até a data da efetiva liquidação. Os recursos para pagamento total foram provenientes da 15ª Emissão de Debêntures.

(a.12) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Bradesco S.A., ocorrido em 25 de novembro de 2009, no montante principal de R\$ 600.000

Bradesco (CCB's)	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual	R\$ 30.000
			R\$ 30.000	Novembro de 2012
			R\$ 60.000	Novembro de 2013
			R\$ 60.000	Novembro de 2014
			R\$ 120.000	Novembro de 2015
			R\$ 120.000	Novembro de 2016
			R\$ 120.000	Novembro de 2017
			R\$ 120.000	Novembro de 2018
			R\$ 60.000	Novembro de 2019

Com relação às Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelo Banco Bradesco, os recursos foram utilizados pela Companhia para liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009.

(a.13) Arrendamento financeiro - Os contratos de arrendamentos financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e veículos e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros. O saldo de arrendamento mercantil financeiro, em 31 de dezembro de 2012, registrado pela Companhia era de R\$ 7.090 (R\$ 12.053 em 31 de dezembro de 2011) no passivo, e R\$ 6.109 (R\$ 9.464 em 31 de dezembro de 2011) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 6.109 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 9.464 em 31 de dezembro de 2011).

**16.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:**

	2012			2011		
	US\$	R\$	%	US\$	R\$	%

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações do valor justo dos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são demonstradas a seguir:

	2012	2011
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.355.487	7.094.038
Contribuição do empregador	260.811	252.101
Contribuições dos empregados	5.875	5.450
Impacto decorrente de fusões de planos	–	3.229
Ganhos/(Perdas) atuariais	890.497	(45.469)
Rendimento esperado dos ativos do plano	788.595	774.706
Benefícios pagos	(775.655)	(728.568)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>8.525.610</b>	<b>7.355.487</b>

As despesas reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram as seguintes:

	2012	2011
Custo dos serviços correntes	16.350	14.663
Custo dos juros	916.615	873.037
Rendimento esperado dos ativos do plano	(788.595)	(774.707)
Impacto decorrente de passivo/ativo atuarial da Eletropaulo Telecom	–	(673)
Amortização de ganhos e perdas	15.346	–
<b>Total das despesas benefício definido</b>	<b>159.716</b>	<b>112.320</b>
Outras contribuições	6.993	–
<b>Total das despesas no exercício</b>	<b>166.709</b>	<b>112.320</b>

A movimentação da perda atuarial ainda não reconhecida, devido à utilização do método do corredor, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	2012
Saldo no início do exercício	(1.210.129)
Perda atuarial gerada pela taxa de desconto	(2.087.167)
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	(442.904)
Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	890.497
Amortização de perdas atuariais no resultado do exercício	15.346
Outras movimentações	4.229
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(2.830.128)</b>

As principais categorias de ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	Distribuição dos investimentos		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2012	2011	
Renda fixa	77,19%	72,94%	até 100%
Renda variável	18,53%	22,84%	até 70%
Empréstimos a participantes	1,49%	1,70%	até 15%
Imóveis	2,79%	2,52%	até 8%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são as seguintes:

	2013	2012	2011
<b>a1) Determinação do passivo atuarial:</b>			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	8,42% a.a.	9,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	6,59% a.a.	6,08% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,50% a.a.	4,00% a.a.
<b>a2) Determinação da despesa atuarial:</b>			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	8,42% a.a.	9,72% a.a.	9,98% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	8,42% a.a.	11,06% a.a.	11,26% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a.	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
<b>b) Premissas demográficas:</b>			
Tábua biométrica de mortalidade	AT-83		
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Tábua Mercer		
Taxa de rotatividade esperada	0,30 / (tempo de serviço + 1)		

A estimativa da despesa para o exercício de 2013 está demonstrada a seguir:

	2013
Custo dos serviços correntes	29.337
Custo dos juros	1.018.050
Rendimento esperado dos ativos do plano	(696.484)
<b>Total da despesa projetada para o exercício (*)</b>	<b>350.903</b>

(\*) As despesas projetadas para o próximo exercício foram apuradas de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012 de 13 de dezembro de 2012 (maiores detalhes vide nota explicativa nº 18.2).

O valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2013 é de R\$ 283.642.

## 18.1 Contratos com a Fundação CESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação CESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

	2012	2011
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Empréstimos e financiamentos:</b>		
Confissão de dívida Ila (i)	397.285	388.861
Confissão de dívida Ilib (ii)	206.217	201.844
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	1.801.840	1.961.711
<b>Total do contrato</b>	<b>2.405.342</b>	<b>2.552.416</b>
Parcela não registrada (*)	(1.271.662)	(1.321.870)
<b>Total registrado</b>	<b>1.133.680</b>	<b>1.230.546</b>

(\*) A parcela do contrato de ajuste de reserva não registrada em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 1.271.662 (R\$ 1.321.870 em 31 de dezembro de 2011) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 600/2009 e aquelas utilizadas pela Fundação CESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar, e em função da utilização do método do corredor. Por ter o referido contrato um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação CESP, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

- Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com intervenção da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 01 de janeiro de 2009. Esse contrato é corrigido por índice contratualmente estipulado: IGP-DI + 6% ao ano ou variação da TR + 8% ao ano, dos dois o maior.
- Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela Fundação CESP à Companhia, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 01 de janeiro de 2009. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou por IGP-DI + 6% ao ano, deles o que for maior.
- Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 1º de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.

A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

	2012	2011
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>1.230.546</b>	<b>1.372.780</b>
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	159.716	112.320
Pagamento de contribuições	(260.811)	(254.554)
Outras despesas do exercício	4.229	–
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.133.680</b>	<b>1.230.546</b>

## 18.2 Mudanças no pronunciamento CPC 33 - benefícios a empregados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.25, em 13 de dezembro de 2012 a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referente ao pronunciamento CPC 33 - benefícios a empregados.

Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Desta forma, a deliberação CVM nº 600/2009 foi revogada. Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a Companhia, a aplicação dessa norma requererá a descontinuação do método do corredor e consequente registro da perda atuarial não registrada em contrapartida a outros resultados abrangentes. A Companhia apresenta abaixo os impactos esperados quando da adoção retroativa do referido pronunciamento em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Vale ressaltar que os impactos abaixo são meramente demonstrativos e somente serão registrados quando da aplicação do referido pronunciamento para fins de comparabilidade (a partir de 1º de janeiro de 2013).

	CPC 33 - CVM 600/2009	Ajuste	CPC 33 - CVM 695/2012
<b>Balanço patrimonial</b>			
Obrigações com entidade de previdência privada	1.133.680	2.830.128	3.963.808
Outros resultados abrangentes	–	(2.830.128)	(2.830.128)
<b>Resultado do exercício</b>			
Despesa com entidade de previdência privada	(159.716)	(80.199)	(239.915)

O aumento no passivo é decorrente do registro do corredor em contrapartida a outros resultados abrangentes no montante de R\$ 2.830.128. A aplicação retroativa da taxa de desconto na estimativa do retorno dos ativos do plano no montante de R\$ 80.199 afetará o montante registrado no resultado do exercício com despesa de previdência privada em contrapartida de outros resultados abrangente. Adicionalmente haverá o registro dos tributos diferidos ativos em contrapartida de um crédito na rubrica de outros resultados abrangentes no montante de R\$ 962.244. Conforme mencionado anteriormente, a despesa projetada para o exercício de 2013 já contempla as modificações introduzidas pela nova Deliberação CVM nº 695/2012.

## 19. Obrigações estimadas

	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>		
Férias	31.055	31.320
Programa de incentivo a aposentadoria	11.679	3.279
Participação nos lucros e resultados	45.694	46.088
Encargos sociais sobre férias e gratificações	12.648	12.364
Bônus	2.716	2.791
<b>Total</b>	<b>103.792</b>	<b>95.842</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Assistência saúde pós-emprego - Lei nº 9.656 (*)	19.364	19.851
Bônus	616	587
<b>Total</b>	<b>19.980</b>	<b>20.438</b>

(\*) A avaliação atuarial foi efetuada com o auxílio de uma empresa terceirizada e especializada em cálculos atuariais (atuários independentes) com base em 31 de dezembro de 2012. Os custos são apurados mensalmente no resultado do exercício conforme consta no último laudo atuarial.

## 20. Provisões para processos judiciais e outros

### 20.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros estão compostas de seguinte forma:

	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2012	2011	2012	2011
Trabalhista (a)	280.693	313.343	265.821	281.987
Plano cruzado - reajuste de tarifa (b)	16.049	23.661	5.036	7.543
Processos cíveis (c)	40.487	43.031	25.784	15.319
Processos regulatórios (d)	68.935	26.916	–	–
Processos administrativos - prefeituras (e)	725	725	–	–
Processos fiscais (f)	49.716	49.427	164.839	171.132
Meio ambiente	5.477	11.577	–	–
Outros	23.085	22.134	5	10
<b>Total geral</b>	<b>485.167</b>	<b>490.814</b>	<b>461.485</b>	<b>475.991</b>
Circulante	170.019	168.704	–	–
Não circulante	315.148	322.110	461.485	475.991
<b>Total geral</b>	<b>485.167</b>	<b>490.814</b>	<b>461.485</b>	<b>475.991</b>

As movimentações dos processos judiciais e outros são como segue:

	Passivo					
	Saldo inicial 31.12.2011	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2012
Trabalhista	313.343	143.002	14.399	(91.853)	(98.198)	280.693
Plano cruzado - reajuste de tarifa	23.661	5.448	1.654	(10.297)	(4.117)	16.049
Processos cíveis	43.031	16.657	6.175	(20.322)	(5.054)	40.487
Processos regulatórios	26.916	38.783	4.724	(1.488)	–	68.935
Processos administrativos - prefeituras	725	–	–	–	–	725
Processos fiscais	49.427	181	2.937	(466)	(2.363)	49.716
Meio ambiente	11.577	7.788	–	(11.388)	(2.500)	5.477
Outros	22.134	978	–	–	(27)	23.085
<b>Total geral</b>	<b>490.814</b>	<b>212.837</b>	<b>29.889</b>	<b>(135.814)</b>	<b>(112.559)</b>	<b>485.167</b>
Circulante	168.704	–	–	–	–	170.019
Não circulante	322.110	212.837	29.889	(135.814)	(112.559)	315.148
<b>Total geral</b>	<b>490.814</b>					<b>485.167</b>

	Passivo					
	Saldo inicial 31.12.2010	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2011
Trabalhista	367.190	32.455	20.029	(65.846)	(40.485)	313.343
Plano cruzado - reajuste de tarifa	23.790	568	2.382	(1.811)	(1.268)	23.661
Processos cíveis	41.097	26.816	6.944	(28.955)	(2.871)	43.031
Processos regulatórios	–	26.916	–	–	–	26.916
Processos administrativos - prefeituras	725	–	–	–	–	725
Processos fiscais	76.697	822	7.136	(919)	(34.309)	49.427
Meio ambiente	10.283	7.772	–	(6.478)	–	11.577
Outros	20.983	1.280	–	–	(129)	22.134
<b>Total geral</b>	<b>512.765</b>	<b>96.629</b>	<b>36.491</b>	<b>(104.009)</b>	<b>(79.062)</b>	<b>490.814</b>
Circulante	212.360	–	–	–	–	168.704
Não circulante	328.405	96.629	36.491	(104.009)	(79.062)	322.110
<b>Total geral</b>	<b>540.765</b>					<b>490.814</b>

As provisões para processos judiciais e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é considerada como provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia. A Administração da Companhia está fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas abaixo.

- Trabalhista:** A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca de 5.048 processos (5.306 processos em 31 de dezembro de 2011) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. Os valores dos depósitos recursais relativos às reclamações trabalhistas decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário montam em R\$ 24.126 (R\$ 23.788 em 31 de dezembro de 2011), e os depósitos judiciais consignados para garantia do pleito montam em R\$ 241.695 (R\$ 258.199 em 31 de dezembro de 2011).
- Plano cruzado - reajuste de tarifa:** Refere-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados amparados em decisões transitadas em julgado que extinguiram em parte os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente os processos prosseguem apenas com relação à parte controvertida, resultante da diferença de cálculo do principal apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 16.049 (R\$ 23.661 em 31 de dezembro de 2011).
- Processos cíveis:** A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que se encontram passíveis de quantificação e têm suas chances de perda classificadas como provável. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 40.487 (R\$ 43.031 em 31 de dezembro de 2011). Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a Companhia figura no polo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 32.400 (R\$ 35.951 em 31 de dezembro de 2011).
- Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam o agente fiscalizador, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 8.087 (R\$ 7.080 em 31 de dezembro de 2011). Dentre os casos que compõe os denominados cíveis de natureza especial, merece destaque a demanda:
  - Represa Guarapiranga  
Em 23 de dezembro de 2004, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as RÉS, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda desta ação são prováveis, o que justifica a constituição de provisão. Em 31 de dezembro de 2012 a melhor estimativa de perda, conforme provisão constituída, é de R\$ 2.000 (R\$ 1.082 em 31 de dezembro de 2011).
  - Processos regulatórios**
    - A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0317/TN 1877/2009, em 6 de outubro de 2010, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 543 é decorrente de fiscalização técnica realizada nos indicadores DEC/FEC do ano de 2008. A Administração da Companhia, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em janeiro de 2012, que montava R\$ 621 (R\$ 543 em 31 de dezembro de 2011).
    - A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0337/TN 2060/2010, em 14 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 26.761 é decorrente de ação fiscalizadora que ocorreu no período de 21 de junho de 2010 a 2 de julho de 2010. Tratou-se de fiscalização técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os subestados de qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica, do planejamento, da engenharia, operação e manutenção de redes, das linhas e subestações nos anos de 2008, 2009 e parte do ano de 2010. A Administração da Companhia, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$ 24.367 (R\$ 21.384 em 31 de dezembro de 2011).
    - A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0339/TN 2186/2011, em 26 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, é de R\$ 4.842. A ação fiscalizadora teve como objetivo verificar os fatos ocorridos na área de concessão da Companhia no período de 7 a 9 de junho de 2011 que resultaram em interrupções no fornecimento de energia elétrica. A Administração da Companhia, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$ 5.493 (R\$ 4.842 em 31 de dezembro de 2011).
    - A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0373/TN 1899/2009, em 15 de fevereiro de 2012, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 2.612 é decorrente de fiscalização comercial. A Administração da Companhia, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$ 2.787.
    - A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 008/2012-SFF, em 2 de abril de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica no montante de R\$ 136.773. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscaliz

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de maio de 2009, a Companhia apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (Companhia e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a Companhia apresentou recurso de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a Companhia apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela Companhia.

Em 28 de abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspeição do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela Companhia. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a Companhia tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a Companhia e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela Companhia em 10 de agosto de 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.

Em dezembro de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância julgando antecipadamente a liquidação por artigos, atribuindo à Companhia a responsabilidade pelo pagamento do saldo de correção monetária, referente ao contrato de financiamento ECF 1.046/1986, firmado com a Eletrobrás. Tal decisão não considerou a ordem para que fosse realizado o procedimento de liquidação da sentença com ampla produção de provas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), bem como desconsiderou o pedido de produção de provas apresentado pelas partes.

Contra a decisão acima referida, em 7 de janeiro de 2013, a Companhia apresentou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pedindo a imediata suspensão da execução, bem como a posterior anulação da decisão, para que seja determinada a realização de ampla produção de provas, inclusive pericial.

Em 21 de janeiro de 2013, tornou-se pública a liminar concedida pelo Desembargador Carlos Santos de Oliveira, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ("Liminar"), acatando pedido preliminar do recurso interposto pela Companhia contra a decisão proferida em 12 de dezembro de 2012, pela 5ª Vara da Comarca do Rio de Janeiro no processo nº 0010021-19.1989.8.19.0001. Com a concessão da Liminar, o procedimento de primeira instância fica suspenso, aguardando o julgamento do recurso apresentado pela Companhia.

Uma vez revertida à decisão desfavorável à Companhia, a estimativa é que os trabalhos periciais não se encerrarem em um prazo inferior a 6 meses a ser contado do início dos trabalhos periciais. Ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o responsável pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela Companhia, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado, uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 1.315.974, atualizado até 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.210.887 em 31 de dezembro de 2011).

**(b) Enquadramento de consumidores - ação civil pública**

O Ministério Público Federal e a Pró-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento na sub-classe baixa renda as unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pró-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e, em sendo alterado o teor da decisão que foi favorável à Companhia, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

**(c) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais**

O Ministério Público Federal, em 5 de dezembro de 2003, instaurou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$ 553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pela Companhia pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 3 de julho de 2012 a Companhia apresentou recurso ao STJ e STF contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

**(d) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal**

Em 16 de novembro de 2004 foi distribuída ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à Companhia, fazendo constar em seu acórdão que a Companhia teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à Companhia, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Aguarda-se julgamento do recurso apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

**(e) Autuações PCLD - provisão de créditos de liquidação duvidosa**

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 4 de maio de 2000 - AI nº 015/TN170 e em 5 de abril de 2001 - AI 027/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. A Companhia propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações, sendo ambas julgadas improcedentes. Contra tais decisões de primeira instância foram apresentados os recursos cabíveis e com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessas autuações monta em R\$ 52.654, atualizado até 31 de dezembro de 2012 (R\$ 48.299 em 31 de dezembro de 2011).

AI nº 015/TN170 - Em 4 de julho de 2012 sobrevo decisão desfavorável ao recurso interposto pela Companhia no mandado de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 6 de julho de 2012. Com base no último cálculo apresentado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 11.816. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor mencionado.

AI nº 027/TN0336/1 - Ainda aguarda decisão ao recurso apresentado pela Companhia, com base no último cálculo apresentado pela ANEEL no valor de R\$ 40.838. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor mencionado.

**(f) Ação civil pública plano cruzado - ASSOBRAE e ANDEC**

A ASSOBRAE alega que a Companhia teria se beneficiado do aumento, supostamente ilegal, de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº 38/1986 e 45/1986 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica ("DNAEE") durante a vigência do Plano Cruzado. Em 14 de março de 2011 sobrevo decisão de 1ª Instância favorável à Companhia, ao que a ASSOBRAE apresentou recurso. Em 31 de dezembro de 2012, aguarda-se julgamento do recurso apresentado pela ASSOBRAE. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, em função de depender de ações individuais dos consumidores.

**(g) Ação popular - Maruzan Conrado**

Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a Companhia, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento e Parcelamento de dívida celebrado entre os co-réus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. O processo encontra-se em fase de instrução. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 21.894 atualizado até 31 de dezembro de 2012 (R\$ 18.880 em 31 de dezembro de 2011).

**(h) Ecovias - remanejamento de postes**

Em 28 de julho de 2004, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ajuizou demanda judicial visando obrigar a Companhia a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a autora. No momento, aguarda-se a conclusão de trabalhos periciais. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 2.000, atualizado até 31 de dezembro de 2012.

**(i) Ecovias - uso do solo**

Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ajuizou demanda judicial contra a Companhia visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes. A Ecovias teve seu pleito provido parcialmente no STJ em 16 de março de 2012, e contra tal decisão a Companhia já apresentou seu recurso, em 22 de março de 2012. Em abril de 2012 a ABRADAE requereu seu ingresso no processo como parte interessada. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

**(j) AIT**

Em 25 de junho de 2002, a AIT - Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. ("AIT") ajuizou ação indenizatória contra a Companhia, por meio da qual requereu o pagamento de indenização em razão de suposta perda de participação no mercado de informática que teria sido ocasionada pelo descumprimento e posterior rompimento do contrato firmado com a Eletropaulo Estatal. Proferida decisão pela 1ª instância, com base em um dos cenários apresentados pelo perito judicial, decidindo que a AIT deveria receber R\$ 51.000 pelos danos sofridos. A Companhia agora discute a questão em sede recursal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente o valor de R\$ 98.569, atualizado até 31 de dezembro de 2012 (R\$ 83.726 em 31 de dezembro de 2011).

**(k) Ação civil pública - City Boaçuva**

A Sociedade Amigos do Bairro City Boaçuva moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da Companhia. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Em 3 de março de 2011, por conta de um requerimento apresentado pela Companhia, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Em junho de 2011 a ANEEL requereu seu ingresso no processo na qualidade de "amicus curiae". Em setembro de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a matéria discutida no recurso apresentado pela Companhia é de "Repercussão Geral", pelo que o ministro relator do caso no STF convocou audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com autoridade e experiência sobre o tema relativo ao campo eletromagnético de linhas de transmissão de energia elétrica. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

**(l) Ação civil pública - ETD Panorama**

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim moveu uma ação civil pública que visa impedir a construção da ETD Panorama. A ação foi julgada improcedente e foram opostos embargos de declaração pela parte contrária, que foram rejeitados. Foi interposta apelação pela Sociedade. Em 31 de dezembro de 2012, aguardava-se julgamento do recurso interposto pela Sociedade perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

**(m) Ação civil pública - suspensão no fornecimento**

O Departamento de Assistência Judiciária e Defesa do Consumidor de Santo André, em 6 de janeiro de 2006, ajuizaram ação civil pública contra a Companhia objetivando (1) impedir a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos usuários do Município de Santo André em virtude da apuração de fraude nas instalações de medição, (2) a declaração de nulidade dos termos de confissão de dívida firmados com os municípios de Santo André, com a consequente devolução em dobro dos valores eventualmente recebidos indevidamente e, ainda, (3) que no caso de apuração de fraudes, seja a Companhia obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Proferida decisão parcialmente procedente em 1ª instância, em 31 de dezembro de 2012 o processo aguardava discussão em 2ª instância. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

**(n) Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias**

Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a Companhia objetivando (1) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), (2) também de acordo com o CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parciais ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, e contra tal decisão a Companhia apresentou recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o qual aguarda julgamento. No momento é aguardado o cumprimento da parte da sentença que determina a identificação dos consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

**(o) Recolhimentos do FGTS - fundo de garantia por tempo de serviço**

Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal 3 (três) notificações relativas a suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 no valor de R\$ 93.938 (atualizados até 31 de dezembro de 2012). Após a apresentação dos competentes recursos, em março de 2007, houve decisão desfavorável no âmbito administrativo e a consequente inscrição deste débito em Dívida Ativa da União. Diante disso, por entender como infundada a cobrança pretendida, a Companhia ajuizou uma Ação Cautelar para, diante da apresentação de uma Carta de Fiança, suspender o débito até que o mérito da discussão seja julgado. Até o momento, a Companhia aguarda decisão de 1ª Instância.

**(p) PASEP - suspensão de exigibilidade**

Em novembro de 2006 a Companhia ajuizou Ação Cautelar a fim de suspender a exigibilidade dos débitos de PASEP no valor de R\$ 38.779 (atualizado até 31 de dezembro de 2012) cobrado por meio do Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, o que foi concedido mediante a apresentação de Carta de Fiança. Tendo em vista a decisão desfavorável em 1ª Instância, a Companhia apresentou recurso, o qual ainda aguarda julgamento.

**(q) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - execuções fiscais**

Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos Previdenciários (NFLDs) - Tratam-se de 3 (três) Execuções Fiscais promovidas pelo INSS, que totalizam o montante de R\$ 35.366 (atualizados até 31 de dezembro de 2012). Em soma, as discussões versam sobre a possível incidência da Contribuição Previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório.

**(r) CSSL - base negativa**

Em novembro de 2007, a Companhia ajuizou Ação Declaratória visando afastar a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSSL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. A Companhia insurge-se contra a aplicação desta regra, pois que quer seja respeitada proporção definida no protocolo de cisão, que é anterior à publicação da mencionada MP. A diferença entre os percentuais de saldo credor perfaz o montante de R\$ 112.277 (atualizados até 31 de dezembro de 2012). Atualmente, a Companhia conta com uma decisão favorável em 1ª Instância e aguarda o julgamento do recurso apresentado pela União. Apesar desta decisão, que suspende a exigibilidade do débito, em setembro de 2010, a Receita Federal lavrou Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da Companhia exigindo valores de CSSL compensados nos 3º e 4º trimestres de 2005 e nos anos de 2006 e 2007, os quais até o momento aguardam decisão administrativa.

**(s) Execuções fiscais municipais - diversas**

A Companhia possui diversas Execuções Fiscais ajuizadas pelas Municipalidades de sua área de concessão, exigindo basicamente débitos de IPTU, Multas Posturais e ISS. O total dos débitos classificados como perda possível é de R\$ 8.490 (atualizados até 31 de dezembro de 2012).

**(t) PIS - Decretos-Lei nºs 2.445/1988 e 2.449/1988**

Em julho de 2000, a Companhia ajuizou Ação Judicial visando o reconhecimento dos créditos de PIS decorrentes do pagamento a maior efetuado durante a vigência dos mencionados Decretos, que haviam sido julgados inconstitucionais pelo STF. Em maio de 2012, a Companhia obteve decisão definitiva favorável reconhecendo o direito ao mencionado crédito. Contudo, há em trâmite 5 (cinco) Execuções Fiscais que visam a cobrança dos débitos compensados pela Companhia em 2002. Como tais débitos foram compensados com os créditos já reconhecidos pela decisão definitiva mencionada acima, eventual exposição da Companhia cinge-se à multa de mora de 20% aplicáveis aos débitos compensados, o que perfaz o montante de R\$ 38.969 (atualizado até 31 de dezembro de 2012).

**(u) PIS - Estatuto da decadência**

Trata-se de Execução Fiscal visando a cobrança de supostos débitos de PIS no valor de R\$ 204.092 (atualizados até 31 de dezembro de 2012) decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP 1.407/1996. Em oposição a esta cobrança, a Companhia apresentou defesa sustentando a decadência do direito do Fisco exigir estes valores em função do tempo decorrido entre os fatos geradores e a devida constituição do débito tributário, que teria tardado mais de 5 anos.

**(v) Ação civil pública - restabelecimento de energia elétrica**

O Estado de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ajuizaram ação civil pública em 22 de junho de 2011 contra a Companhia, perante a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com fundamento na interrupção no fornecimento de energia no período entre os dias 7 e 9 de junho de 2011, quando a cidade de São Paulo foi atingida por um ciclone extratropical agravado por intensas chuvas. Após ser citada dos termos da ação e da liminar concedida, a Companhia apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso que restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a Companhia apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, em razão da atual situação do processo, não são passíveis de quantificação.

**(w) FINSOCIAL**

Em julho de 2012 a Companhia foi intimada de 2 (dois) Despachos Decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Vale ressaltar que tais créditos decorrem de uma decisão judicial definitiva que o reconheceram, permanecendo a discussão somente com relação ao seu montante. O valor da parcela ainda não homologada é de R\$ 129.471 (atualizado até dezembro de 2012). Aguarda-se decisão sobre os recursos apresentados.

**(x) COFINS - anista**

Ação Judicial proposta pela Companhia em face da Fazenda Nacional visando o reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anista prevista na Lei 9.779/99. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª Instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anista. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anista, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$ 138.600 (atualizado até 31 de dezembro de 2012).

**Cartas de fiança e caução**

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui cartas de fiança para processos judiciais e compra de energia. As principais cartas de fiança da Companhia estão relacionadas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	38	1.244.916	1,00% a 6,00%
Cível	2	5.893	1,65% a 1,75%
Trabalhista	25	46.143	1,00% a 6,00%
Comercial - compra de energia	18	9.262	1,00%

**21. Encargos tarifários e do consumidor a recolher**

	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	41.153	36.811
Quota para a CCC - sistemas isolados	28.757	54.348
Quota para a reserva global de reversão	11.610	10.650
Outras encargos	285	269
<b>Total</b>	<b>81.805</b>	<b>102.078</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Quota para a reserva global de reversão	2.705	27.088
<b>Total</b>	<b>2.705</b>	<b>27.088</b>

**22. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética**

	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>		
Pesquisa e desenvolvimento	19.448	13.113
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.618	1.354
Ministério de Minas e Energia	809	677
Eficiência energética	26.404	25.583
<b>Subtotal</b>	<b>48.279</b>	<b>40.727</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Pesquisa e desenvolvimento	25.649	35.919
Eficiência energética	-	40.783
<b>Subtotal</b>	<b>25.649</b>	<b>76.702</b>
<b>Total</b>	<b>73.928</b>	<b>117.429</b>

As movimentações de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética são como segue:

	Saldo inicial 31.12.2011	Provisões	Pagamentos	Aplicações	Atualização monetária	Saldo final 31.12.2012
Pesquisa e desenvolvimento	49.032	15.861	-	(23.366)	3.570	45.097
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	1.354	15.861	(15.597)	-	-	1.618
Ministério de Minas e Energia	677	7.931	(7.799)	-	-	809
Eficiência energética	66.366	39.504	-	(82.836)	3.370	26.404
<b>Total</b>	<b>117.429</b>	<b>79.157</b>	<b>(23.396)</b>	<b>(106.202)</b>	<b>6.940</b>	<b>73.928</b>
	Saldo inicial 31.12.2010	Provisões	Pagamentos	Aplicações	Atualização monetária	Saldo final 31.12.2011
Pesquisa e desenvolvimento	66.043	17.443	-	(40.193)	5.739	49.032
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	2.805	17.443	(18.894)	-	-	1.354
Ministério de Minas e Energia	1.402	8.723	(9.448)	-	-	677
Eficiência energética	92.961	43.609	-	(79.299)	9.095	66.366
<b>Total</b>	<b>163.211</b>	<b>87.218</b>	<b>(28.342)</b>	<b>(119.492)</b>	<b>14.834</b>	<b>117.429</b>

**23. Outras obrigações**

	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>		
Devolução - obrigações vinculadas à concessão	38.323	38.597
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	48.787	45.851
Empréstimo compulsório Eletrobrás	568	1.287
Recebimento em duplicidade de clientes	18.417	14.794
Programa baixa renda	3.840	3.610
PIS/Cofins diferença de alíquota	-	6.676
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.976	2.031
Adicional CCC- Lei no 12.111	2.427	2.031
Ajuste de faturas - consumidores	11.274	8.931
Bônus Itaipu	2.797	2.423
Outras	47.354	45.565
<b>Total</b>	<b>175.763</b>	<b>171.796</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Adiantamento relacionado a venda de bens (*)	20.000	47.613
Outras	6.949	7.823
<b>Total</b>	<b>26.949</b>	<b>55.436</b>

(\*) Através da escritura pública de compromisso de compra e venda, lavrada em 2 de abril de 2007 e posteriores modificações, a Companhia se comprometeu a vender à Golf Village Empreendimentos Imobiliários S.A., imóveis de sua propriedade e posse pelo valor de R\$ 80.000. O reconhecimento contábil da venda ocorre somente quando da transferência efetiva da matrícula. Em dezembro de 2012, a Companhia concluiu a venda dos imóveis remanescentes, os quais ainda se encontram sob sua posse e responsabilidade. Desta forma, o valor recebido a título de adiantamento e anteriormente classificado na rubrica de outras obrigações foi compensado com o valor dos imóveis transferidos (registrados na rubrica outros créditos - bens e direitos destinados à alienação). Adicionalmente, houve o reconhecimento no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 do efeito da correção monetária (resultado financeiro) relativo à venda no montante de R\$ 42.477. Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel tendo por objeto a alienação de imóvel de sua propriedade (Cambuci) para a GTIS Cambuci Empreendimentos e Participações Ltda., sendo esta alienação sujeita à aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Como a Companhia ainda possui propriedade e posse em relação ao imóvel situado no Cambuci, a assinatura do Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel não gerou impactos contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os quais são esperados até 2014. O valor recebido na assinatura do contrato no montante de R\$ 20.000 foi classificado como adiantamento na rubrica de outras obrigações.

**24. Patrimônio****24.1 Capital social**

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.248.680, sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, independente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações ordinárias e/ou preferenciais, sem guardar proporções entre as espécies. Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção de suas participações no capital da Companhia. O Conselho de Administração deve deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações ou bônus de subscrição, bem como fazer as chamadas de capital, nos limites do capital, nos limites do capital autorizado e suas alterações.

Em 28 de dezembro de 2012 foi aprovado, em

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**25. Destinação do resultado**

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os juros sobre o capital próprio são calculados em conformidade com os limites estabelecidos na legislação tributária brasileira e fazem parte da totalidade dos dividendos distribuídos no ano. O imposto de renda corresponde a 15% do valor dos juros sobre capital próprio.

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	107.946	1.572.105
Realização da reserva de reavaliação - líquida	89.890	95.883
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	5.114	8.077
Constituição de reserva legal	(9.692)	-
Constituição de reserva estatutária	(138.202)	(764.994)
<b>Subtotal</b>	<b>54.856</b>	<b>911.071</b>
Dividendos intermediários distribuídos	-	(290.980)
Juros sobre capital próprio propostos (i)	(54.318)	(73.039)
Dividendo mínimo obrigatório - complemento (*)	(538)	(128.036)
Dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório	-	(419.016)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2012, foi aprovada a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 54.318, imputáveis ao dividendo mínimo obrigatório a ser pago pela Companhia relativo ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2012. Os valores relativos a juros sobre capital próprio foram registrados como despesas financeiras como determinado pela legislação fiscal, contudo, para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, esses valores são lançados como distribuição de lucro do exercício, mesmo tratamento contábil dos dividendos.

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será realizado até o final do exercício social de 2013 sendo que a efetiva data de pagamento será determinada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, sem que seja devida qualquer atualização monetária ou remuneração correspondente, entre a data de sua aprovação e a do seu efetivo pagamento.

(\*) Conforme pronunciamento ICPC 08 - contabilização da proposta de pagamento de dividendos, o valor de tributo retido na fonte que a Companhia, por obrigação da legislação tributária, deva reter e recolher não pode ser considerado quando se imputam os juros sobre capital próprio ao dividendo obrigatório.

	Ação	2012		2011	
		Tipo	R\$ p/ ação	R\$ p/ ação	
Dividendos intermediários distribuídos	ON	-	-	1,64	
	PN	-	-	1,80	
Juros sobre capital próprio propostos - bruto	ON	0,31	0,41		
	PN	0,34	0,45		
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	ON	0,02	0,72		
	PN	0,02	0,79		
Dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório	ON	-	2,36		
	PN	-	2,60		

**26. Lucro por ação**

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

As ações preferenciais, conforme descrito na nota explicativa nº 24, têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Numerador:	2012	2011
Lucro líquido do exercício	107.946	1.572.105
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	66.605	66.605
Média ponderada do número de ações preferenciais (*)	100.739	100.739
Remuneração das ações preferenciais - 10%	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	110.813	110.813
<b>Denominador ajustado</b>		
Denominador para lucro básico e diluído por ação	167.344	167.344
Denominador para lucro básico e diluído por ação ajustado	177.418	177.418
<b>Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)</b>		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,6084	8,8610
Lucro básico e diluído por ação preferencial	0,6693	9,7471

(\*) Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os exercícios comparados.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas demonstrações contábeis.

**Lucro atribuível aos acionistas**

Exercício	Ordinárias			Preferenciais			Total		
2012	40.524	67.422	107.946						
2011	590.189	981.916	1.572.105						

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation, além do valor ser considerado imaterial para fins de cálculo. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os exercícios apresentados.

**27. Receita operacional líquida**

	2012			2011		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	6.094.754	17.029.132	6.622.458	5.956.173	16.407.714	6.458.449
Industrial	4.288	5.803.454	1.910.996	28.465	5.995.610	2.017.368
Comercial	340.098	11.815.282	4.125.763	344.606	11.614.381	4.151.582
Rural	774	31.369	3.661	769	29.971	3.523
<b>Poder público:</b>						
Federal	1.281	179.159	61.600	1.273	171.761	60.435
Estadual	4.288	676.277	184.814	4.230	629.343	185.014
Municipal	9.722	456.835	171.861	9.365	449.959	174.547
Iluminação pública	1.902	886.737	181.580	1.613	872.695	175.404
Serviço público	1.319	691.671	189.605	1.295	645.478	183.289
Encargo de capacidade emergencial	-	-	9	-	-	9
Remuneração do ativo financeiro	-	-	156.661	-	-	148.426
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(6.533.372)	-	-	(7.339.115)
<b>Subtotal - fornecimento</b>	<b>6.482.110</b>	<b>37.569.916</b>	<b>7.075.636</b>	<b>6.347.789</b>	<b>36.816.912</b>	<b>6.218.931</b>
<b>Outras</b>						
PIS/Cofins diferença de alíquota	-	-	17.083	-	-	(36.505)
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda (**)	-	-	(23.845)	-	-	(17.214)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos (**)	-	-	(75.000)	-	-	(35.150)
Não faturado	-	-	(16.774)	-	-	18.967
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	451	7.986.746	755.675	306	8.284.379	829.224
Transferência para atividades de distribuição	-	-	6.533.372	-	-	7.339.115
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda - TUSD (**)	-	-	(10.474)	-	-	(1.452)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos - TUSD (**)	-	-	(11.935)	-	-	(2.712)
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	12.358	-	-	14.325
Energia no curto prazo	-	-	103.015	-	-	50.887
Receita de construção	-	-	831.115	-	-	738.745
Outras receitas	-	-	123.468	-	-	122.992
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>6.482.561</b>	<b>45.556.662</b>	<b>15.313.694</b>	<b>6.348.095</b>	<b>45.101.291</b>	<b>15.240.153</b>
Quota para reserva global de reversão	-	-	(70.003)	-	-	(67.938)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(9)	-	-	(9)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(79.157)	-	-	(87.218)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(493.840)	-	-	(441.728)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(524.224)	-	-	(620.186)
Encargos do consumidor - Proinfra	-	-	(42.974)	-	-	(44.485)
Encargos do consumidor - Lei nº 12.111	-	-	(28.791)	-	-	(26.165)
ICMS	-	-	(2.782.729)	-	-	(2.786.262)
Cofins - corrente	-	-	(1.098.730)	-	-	(1.092.389)
Pis - corrente	-	-	(238.540)	-	-	(237.163)
ISS	-	-	(409)	-	-	(1.032)
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.354.496)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.404.575)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>6.482.561</b>	<b>45.556.662</b>	<b>9.959.198</b>	<b>6.348.095</b>	<b>45.101.291</b>	<b>9.835.578</b>

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(\*\*) Baseado no Despacho da ANEEL no 4.991, de 29 de dezembro de 2011 e de acordo com a metodologia aprovada para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, devem ser contabilizadas como obrigações especiais.

**28. Custo do serviço de energia elétrica**

	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
<b>Energia elétrica comprada para revenda:</b>				
ITAIPU	9.900.264	9.963.335	(1.038.715)	(891.634)
Contrato bilateral - AES Tietê (**)	11.138.112	11.107.680	(1.982.718)	(1.858.254)
Contrato bilateral - outros	43.685	211.987	(7.609)	(35.440)
Compra - CCEE	125.933	-	(32.460)	6.723
Compra - CCEAR	22.519.838	22.487.785	(2.590.599)	(1.998.921)
ICMS sobre perdas comerciais	-	-	(2.900)	41.967
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	489.508	430.533
<b>Subtotal</b>	<b>43.727.832</b>	<b>43.770.787</b>	<b>(5.165.493)</b>	<b>(4.305.026)</b>
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra	1.003.809	950.230	(210.785)	(159.045)
<b>Total</b>	<b>44.731.641</b>	<b>44.721.017</b>	<b>(5.376.278)</b>	<b>(4.464.071)</b>

	R\$	
	2012	2011
<b>Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:</b>		
Uso da rede básica	(1.043.505)	(906.958)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	(349.451)	(223.160)
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(88.761)	(82.950)
ONS - Operador Nacional do Sistema	(29.954)	(24.734)
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição	(11.998)	(23.439)
Conexão à Rede Básica - CTEEP	(85.542)	(74.171)
(-) Créditos PIS/Cofins	127.021	110.335
<b>Total</b>	<b>(1.482.190)</b>	<b>(1.225.077)</b>

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(\*\*) Veja informações sobre o contrato com a AES Tietê na nota explicativa nº 32 - partes relacionadas.

**29. Outros custos**

	2012	2011
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos	1.789	6.448
Arrendamentos e alugueis	(21.862)	(12.220)
Seguros	(3.391)	(2.769)
Tributos	(28.869)	(27.976)
Doações, contribuições e subvenções	(2.509)	(4.165)
Tarifa bancária	(44.808)	(44.945)
Publicidade	(17.336)	(28.837)
Responsabilidade social	(2.290)	(16.100)
Perdas na desativação de bens e direitos	(56.919)	(24.650)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(10.301)	(5.461)
Baixa do ativo financeiro de concessão	(8.326)	(2.271)
Taxa de administração do plano - Fundação CESP	(10.179)	(9.465)
Créditos de PIS e Cofins	228	392
Outros	(2.426)	(5.592)
<b>Total</b>	<b>(207.199)</b>	<b>(177.611)</b>

**30. Resultado financeiro**

	2012	2011
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	111.199	148.930
Selic - Finsocial	-	54.713
Acrescimo moratório - consumidores	84.183	84.405
Multas	5.661	7.037
Subvenções governamentais	329	-
PIS - crédito tributário - nota explicativa nº 6	18.478	-
Outras	18.856	23.251
<b>Total</b>	<b>238.706</b>	<b>318.336</b>

	2012	2011
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargo de dívidas - empréstimos moeda nacional	(307.027)	(344.909)
Encargo de dívidas - empréstimos moeda estrangeira	215	207
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso	8.579	29.597
Juros sobre PIS/PASEP e Cofins	-	745
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(1.533)	(1.381)
Processos regulatórios - nota explicativa nº 20	(43.507)	(26.916)
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	(24.871)	(29.703)
Outras	(31.491)	(44.135)
<b>Total</b>	<b>(399.635)</b>	<b>(416.495)</b>

	2012	2011
<b>Variáveis monetárias e cambiais líquidas</b>		
Variáveis monetárias - moeda nacional	56.342	61.781
Variáveis monetárias - Golf Village	42.477	-
Variáveis monetárias - ativo financeiro de concessão	(15.119)	-
Variáveis monetárias sobre P&D e eficiência energética	(6.940)	(14.834)
Variáveis monetárias sobre depósitos judiciais	45.122	50.485
Variáveis cambiais - Itaipu	(12.357)	(20.510)
Variáveis cambiais - outras	(207)	(59)
<b>Total</b>	<b>109.318</b>	<b>76.669</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(51.611)</b>	<b>(21.290)</b>

(\*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indica a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

**31. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (vide nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2012		2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	(1.078)	417	(533.210)	(199.927)
Diferidos	(32.692)	(11.769)	(13.221)	(4.760)
<b>Total</b>	<b>(33.770)</b>	<b>(11.352)</b>	<b>(546.431)</b>	<b>(204.687)</b>

	2012	2011
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>		
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>153.068</b>	<b>153.068</b>
<b>Adições (exclusões):</b>		
Juros sobre capital próprio	(54.318)	(54.318)
Doações	2.738	2.738
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	2.671	2.671
Benefício fiscal P&D - pesquisa e desenvolvimento	(9.814	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**34.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

	2012		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	114.142	114.142	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	699.899	699.899	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.594.016	1.594.016	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	314.055	314.055	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	461.485	461.485	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	1.181.937	Ativos financeiros disponíveis para venda
<b>Total</b>	<b>4.365.534</b>	<b>4.365.534</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>			
Fornecedores	1.382.369	1.382.369	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	2.802.219	2.829.455	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	3.498	3.498	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	84.510	84.510	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	64.920	64.920	Passivos financeiros pelo custo amortizado
<b>Total</b>	<b>4.337.516</b>	<b>4.364.752</b>	

	2011		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	162.952	162.952	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	1.227.520	1.227.520	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.520.600	1.520.600	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	352.298	352.298	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	475.991	475.991	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.041.813	1.041.813	Ativos financeiros disponíveis para venda
<b>Total</b>	<b>4.781.174</b>	<b>4.781.174</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>			
Fornecedores	1.063.084	1.063.084	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	2.495.985	2.508.686	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	129.166	129.166	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	211.072	211.072	Passivos financeiros pelo custo amortizado
<b>Total</b>	<b>3.899.307</b>	<b>3.912.008</b>	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e títulos públicos. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação. Para títulos públicos, a marcação a mercado é realizada com base nas taxas atuais obtidas da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro de concessão, vide nota explicativa nº 3.3. Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

**34.3 Hierarquia do valor justo**

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	2012			
	Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	114.142	114.142	-	-
Investimentos de curto prazo	699.899	-	699.899	-
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	-	1.181.937	-
<b>Total - Ativo</b>	<b>1.995.978</b>	<b>114.142</b>	<b>1.881.836</b>	-
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>				
Fornecedores	1.063.084	54.792	108.160	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	2.495.985	-	1.227.520	-
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	129.166	1.041.813	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	211.072	54.792	2.377.493	-
<b>Total - Passivo</b>	<b>2.432.285</b>	<b>54.792</b>	<b>2.377.493</b>	-

Mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado: Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

**34.4 Gerenciamento de riscos**

**(a) Estrutura de gerenciamento de riscos**

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Análises Contábeis e Riscos que tem como principais atribuições garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações contábeis, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados. A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, a segunda avalia as demonstrações contábeis, a terceira os controles de segurança da informação e a investigação de possíveis fraudes e irregularidades, ambas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos. O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de Auditoria Interna. Os principais controles que impactam as demonstrações contábeis da Companhia são revisados a cada quatro meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva. Outro aspecto relevante de controle interno, diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado. O plano de auditoria é aprovado pela Reunião de Diretoria, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados ao Conselho Fiscal para acompanhamento.

**(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**(b.1) Risco de crédito**

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

**Contas a receber**  
A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

**Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**  
Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2012 é:

	2012				
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	114.142	-	-	-	-
Investimentos de curto prazo	699.899	-	-	-	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.594.016	-	-	-	-
Contas a receber - acordos	314.055	-	-	-	-
<b>Total da exposição</b>	<b>2.722.112</b>				

**(b.2) Risco de liquidez**

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de "empréstimos e financiamentos" e "debêntures" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	2012				
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.382.369	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	817	79.693	111.648	413.653	207.283
Debêntures	10.025	194.561	198.468	1.402.302	1.419.831
Arrendamento mercantil financeiro	1.854	2.640	1.518	1.078	-
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	81.805	-	2.705	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16.060	48.860	314,39	1.817,033	1.627,114
<b>Total</b>	<b>1.492.930</b>	<b>325.754</b>	<b>314.339</b>	<b>1.817.033</b>	<b>1.627.114</b>

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 28 de dezembro de 2012.

**(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

**(b.4) Riscos de mercado**

**Riscos de taxas de juros**  
A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais entre 1,12% a 1,75% ao ano. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices. As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2012. O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2012 é:

	2012	
	Valor contábil	Valor justo
Investimentos de curto prazo	699.899	699.899
Empréstimos e financiamentos - principal	(570.000)	(570.000)
Debêntures - principal	(2.200.000)	(2.200.000)
<b>Total da exposição líquida</b>	<b>(2.070.101)</b>	<b>(2.070.101)</b>

**Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros**  
Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2012, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.12.2012	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,63%	5,44%	7,25%	9,06%	10,88%
Investimentos de curto prazo	CDI	699.899	25.371	38.057	50.743	63.428	76.114
<b>Subtotal</b>		<b>699.899</b>	<b>25.371</b>	<b>38.057</b>	<b>50.743</b>	<b>63.428</b>	<b>76.114</b>
Dívidas	Taxa de juros	Posição em 31.12.2012	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,63%	5,44%	7,25%	9,06%	10,88%
Debêntures - 9ª Emissão	CDI+1,12% a.a.	(250.000)	(11.977)	(16.552)	(21.128)	(25.704)	(30.305)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI+1,75% a.a.	(200.000)	(10.887)	(14.570)	(18.254)	(21.937)	(25.641)
Debêntures - 13ª Emissão	CDI+1,50% a.a.	(400.000)	(20.738)	(28.086)	(35.435)	(42.784)	(50.173)
Debêntures - 14ª Emissão	CDI+1,50% a.a.	(600.000)	(31.107)	(42.130)	(53.152)	(64.175)	(75.259)
Debêntures - 15ª Emissão	CDI+1,24% a.a.	(750.000)	(36.863)	(50.603)	(64.349)	(78.093)	(91.912)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCBs)	CDI+1,50% a.a.	(570.000)	(29.551)	(40.023)	(50.495)	(60.967)	(71.496)
<b>Subtotal</b>		<b>(2.770.000)</b>	<b>(141.123)</b>	<b>(191.967)</b>	<b>(242.813)</b>	<b>(293.660)</b>	<b>(344.786)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>		<b>(2.070.101)</b>	<b>(115.752)</b>	<b>(153.910)</b>	<b>(192.070)</b>	<b>(230.232)</b>	<b>(268.672)</b>

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

O montante de exposição líquida da Companhia ao risco de moeda na data base de 31 de dezembro de 2012 é:

	2012	
	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	31	31
<b>Total da exposição líquida</b>	<b>31</b>	<b>31</b>

**Análise de sensibilidade ao risco de moeda**  
Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia está exposta em sua dívida na data base de 31 de dezembro de 2012, foi utilizada a projeção do dólar norte americano para o período de um ano, com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2012.

Desta forma, foi apurado o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido da Companhia, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos do contrato programado para um ano.

Moeda estrangeira	Posição em US\$ 31.12.2012	Atual		Projetado		Impacto esperado
		Cotação	Cenário em R\$	Cotação	Cenário em R\$	
STN - Resolução nº 96/1993		15	2,04	31	2,07	31 (0)
<b>Risco de preço</b>						
Revisão Tarifária Periódica 2011 e Reajuste Tarifário 2012						
Em 2 de julho de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em Reunião Pública de Diretoria realizada nesta mesma data, homologou o resultado da Terceira Revisão Tarifária Periódica da Companhia.						
O índice de revisão tarifária aprovado foi de -9,33% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor) e de -5,60% (efeito econômico), retroativo a 4 de julho de 2011 e aplicável a partir de 4 de julho de 2012.						
A tabela abaixo mostra uma comparação entre os valores finais aprovados pela ANEEL e aqueles propostos na Audiência Pública 025/2012:						

Componentes da tarifa	Audiência pública (Nota técnica 87/2012 SRE/ANEEL)		Valores finais (Nota técnica 213/2012 SRE/ANEEL)	
	Parcela A	Parcela B	Parcela A	Parcela B
<b>Parcela A</b>	<b>7.742.000</b>		<b>7.708.718</b>	
<b>Parcela B</b>				
Base de remuneração bruta		10.622.082		10.748.787
Base de remuneração líquida		4.376.200		4.445.093
WACC antes dos impostos		11,36%		11,36%
Taxa de depreciação regulatória		3,82%		3,82%
Custo anual das instalações móveis e imóveis		98.323		98.562
Custos operacionais		1.016.696		1.016.666
Receitas irrecuperáveis		115.478		112.688
<b>Parcela A antes de outras receitas e ajustes</b>		<b>2.128.281</b>		<b>2.138.368</b>
Outras receitas		(70.345)		(73.502)
Ajuste em função de investimentos realizados		(22.338)		(36.215)
Índice de produtividade da parcela B		(21.644)		(21.597)
<b>Parcela B após outras receitas e ajustes</b>		<b>2.013.954</b>		<b>2.007.054</b>
<b>Perdas não técnicas</b>				
Ponto de partida		13,34%		11,56%
<b>Fator X</b>				
Componente Pd		1,03%		1,03%
Componente T		0%		0%
A ANEEL reduziu o índice regulatório das perdas não técnicas, refletindo a performance de redução de perdas da Companhia no 2º ciclo tarifário e a mudança da empresa referencial utilizada para a definição da trajetória de redução de perdas. Com isso, foi definida uma trajetória de perdas não técnicas referenciadas ao mercado de baixa tensão com redução anual de 1,0 p.p. ao ano, partindo de 11,56% (julho de 2011 a junho de 2012) e chegando em 8,56% (julho de 2014 a junho de 2015).				
Adicionalmente, em 3 de julho de 2012, a ANEEL autorizou um reajuste tarifário médio de +5,51% a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2012 sobre a tarifa homologada em 2 de julho de 2012.				
Esse reajuste é composto pelos seguintes itens:				

Reajuste tarifário 2012			
Parcela A	Encargos setoriais	-2,63%	
	Energia comprada	6,16%	
	Encargos de transmissão	0,05%	
	<b>Parcela A</b>	<b>3,59%</b>	
<b>Parcela B</b>		<b>0,86%</b>	
<b>Reajuste base</b>		<b>4,45%</b>	
CVA total		0,61%	
Custos financeiros parcela A		0,55%	
Subsídios tarifários		-0,10%	
<b>Reajuste total</b>		<b>5,51%</b>	

**Parcela A**  
A Parcela A foi corrigida em 4,54%, representando 3,59% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2012	2011
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>(775.769)</b>	<b>(643.738)</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>		
Custo com energia elétrica	390.290	133.942
Energia elétrica comprada para revenda	206.054	117.863
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição		
<b>Custo de operação</b>		
Serviços de terceiros	–	19.491
<b>TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>596.344</b>	<b>271.296</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>		
Receitas financeiras	23.622	15.260
Despesas financeiras	(73.548)	(7.810)
<b>TOTAL RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>	<b>(49.926)</b>	<b>7.450</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>(229.351)</b>	<b>(364.992)</b>

A Companhia apresenta a seguir a composição dos ativos e passivos regulatórios por ciclo tarifário:

	2012		
	CVA		
	4.7.2011 até 3.7.2012	4.7.2012 até 3.7.2013	Total
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13.559	4.725	18.284
Conta de Consumo de Combustível - CCC	–	11.876	11.876
Energia Itaipu - custo/variação cambial	16.534	3.298	19.832
Encargos do serviço do sistema - ESS	–	62.308	62.308
Transporte de energia - Itaipu	27	29	56
Transporte de energia pela rede básica	2.372	–	2.372
Compra de energia elétrica	104.584	194.094	298.678
Proinfa	13.521	211	13.732
Sobrecontratação energia - RN ANEEL 305/2008	33.306	–	33.306
Reserva Global de Reversão - RGR	–	6.860	6.860
Outros componentes financeiros	2.505	2.902	5.407
<b>Subtotal</b>	<b>186.408</b>	<b>286.303</b>	<b>472.711</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	–	4.725	4.725
Conta de Consumo de Combustível - CCC	–	11.876	11.876
Energia Itaipu - custo/variação cambial	–	3.298	3.298
Encargos do serviço do sistema - ESS	–	72.108	72.108
Proinfa	–	211	211
Compra de energia elétrica	–	194.094	194.094
Transporte de energia - Itaipu	–	29	29
Reserva Global de Reversão - RGR	–	6.860	6.860
Outros componentes financeiros	–	2.901	2.901
<b>Subtotal</b>	<b>–</b>	<b>296.102</b>	<b>296.102</b>
<b>Total</b>	<b>186.408</b>	<b>582.405</b>	<b>768.813</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(2.362)	–	(2.362)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	(110.383)	(54.236)	(164.619)
Encargos do serviço do sistema - ESS	(5.845)	–	(5.845)
Transporte de energia pela rede básica	–	(1.286)	(1.286)
Exposição CCEAR entre submercados	(2.138)	–	(2.138)
Efeito neutralidade	(21.394)	(432)	(21.826)
Sobrecontratação energia - RN ANEEL 305/2008	–	(18.096)	(18.096)
Outros componentes financeiros - subsídio baixa renda	(7.360)	–	(7.360)
Revisão tarifária - Fator Xe	(36.186)	–	(36.186)
Postergação revisão tarifária 2011	(181.961)	–	(181.961)
<b>Subtotal</b>	<b>(367.629)</b>	<b>(74.050)</b>	<b>(441.679)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Encargos do serviço do sistema - ESS	–	(9.801)	(9.801)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	–	(54.236)	(54.236)
Transporte de energia pela rede básica	–	(1.285)	(1.285)
Sobrecontratação energia - RN ANEEL 305/2008	–	(18.096)	(18.096)
Efeito neutralidade	–	(432)	(432)
Revisão tarifária - fator Xe	(54.279)	–	(54.279)
Postergação revisão tarifária 2011	(909.807)	–	(909.807)
<b>Subtotal</b>	<b>(964.086)</b>	<b>(83.850)</b>	<b>(1.047.936)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.331.715)</b>	<b>(157.900)</b>	<b>(1.489.615)</b>
<b>Total geral - líquido</b>	<b>(1.145.307)</b>	<b>424.505</b>	<b>(720.802)</b>

**37. Plano de remuneração baseado em ações**

A Companhia não possui um plano próprio de remuneração baseado em ações, sendo que este plano é estabelecido, administrado e custeado por sua controladora indireta The AES Corporation, sem ônus à Companhia. Este plano abrange os diretores estatutários e não estatutários, tendo como objetivo reforçar a retenção dos executivos e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo. Seus desembolsos estão condicionados ao alcance das metas corporativas globais e individuais, refletidos também na variação positiva do preço da ação da The AES Corporation. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.16, o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a conta específica de reserva de capital, a qual indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos diretores da Companhia. Após o aporte dos recursos, a reserva de capital poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da The AES Corporation, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária. O efeito na demonstração do resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 845 (R\$ 820 em 31 de dezembro de 2011). O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2012 na conta de reserva de capital de ações e opções de ações outorgadas é de R\$ 17.297 (R\$ 16.452 em 31 de dezembro de 2011).

A The AES Corporation possui dois tipos de remuneração com base em ações:

(a) *Stock Options*: o diretor estatutário recebe o direito de comprar ações da The AES Corporation por um valor determinado após um período de 3 anos, ou seja, 1/3 das opções outorgadas tornam-se exercíveis a cada ano que permaneça na Companhia. As opções de ações têm um prazo contratual de dez anos e em nenhuma circunstância as opções concedidas dão direito a seu detentor de liquidar a opção em dinheiro ou em outros ativos da The AES Corporation.

A média ponderada do valor justo de cada concessão de opções foi estimada, na data da concessão, utilizando o modelo de precificação de opções "Black-Scholes", utilizando a média ponderada das seguintes premissas:

	2012	2011
Volatilidade esperada (%)	26	31
Rendimento esperado do dividendo anual (%)	1	–
Prazo de vida esperado das opções (anos)	6	6
Taxa de retorno livre de risco (%)	1,16	2,65

Considerando as premissas acima, os valores justos destas opções emitidas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, eram de US\$ 3,26 e US\$ 4,54, respectivamente.

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Stock Options* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Quantidade de opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
<b>Em circulação em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>230.923</b>	<b>15,11</b>	
Exercidas durante o exercício	(6.035)	4,56	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(199.025)	14,68	
Outorgadas durante o exercício	10.435	12,88	
Transferidas	160.538	14,14	
<b>Em circulação em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>196.836</b>	<b>14,80</b>	<b>4,0</b>
Opções de ações exercíveis em 31 de dezembro de 2011	175.797	15,29	3,5

	Quantidade de opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
<b>Em circulação em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>196.836</b>	<b>14,80</b>	
Exercidas durante o exercício	(5.881)	4,44	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(54.205)	15,36	
Outorgadas durante o exercício	6.792	13,70	
<b>Em circulação em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>143.542</b>	<b>14,96</b>	<b>4,2</b>
Opções de ações exercíveis em 31 de dezembro de 2012	127.952	15,18	3,7

(b) *Restricted Stock Units*: o diretor recebe as ações da The AES Corporation, mas só adquire de fato as ações na proporção de 1/3 a cada ano que permaneça na Companhia. Em nenhuma circunstância estas outorgas dão direito a seu detentor (ou obrigam a The AES Corporation) a liquidar as ações restritas em dinheiro ou em outros ativos da The AES Corporation.

Os valores justos destas ações em 31 de dezembro de 2012 e 2011 correspondem aos valores de fechamento das ações da The AES Corporation na data da outorga das ações.

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Restricted Stock Units* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Quantidade de opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
<b>Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>75.871</b>	<b>10,00</b>	
Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício	(22.867)	9,61	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(24.525)	12,64	
Outorgadas durante o exercício	49.118	13,26	
Transferidas	3.448	8,96	
<b>Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>81.045</b>	<b>11,24</b>	<b>1,4</b>

	Quantidade de opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
<b>Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>81.045</b>	<b>11,24</b>	
Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício	(35.445)	9,89	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(14.783)	11,87	
Outorgadas durante o exercício	41.546	14,01	
Transferidas	(333)	8,13	
<b>Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>72.030</b>	<b>13,64</b>	<b>1,6</b>

**38. Investimentos em meio ambiente (não auditado)**

	2012	2011
<b>Gastos meio ambiente</b>		
Custos diretos - gerência de meio ambiente	3.068	3.225
SGA - sistema de gestão ambiental e outros	1.463	1.676
Licenciamentos e compensações ambientais	1.313	810
Recuperação da qualidade do solo e águas subterrâneas	11.256	6.616
Prevenção à poluição (construção de bacias coletoras de óleo - ETD's)	2.078	2.677
Treinamentos operacionais (brigada - emergência química)	1	76
Comunicação (semana do meio ambiente, divulgação, impressos, etc.)	–	13
Créditos de carbono	–	50
<b>Subtotal</b>	<b>19.179</b>	<b>15.143</b>
Projetos de P&D (*)	655	2.176
Projetos de eficiência energética (*)	35.008	54.978
<b>Total</b>	<b>54.842</b>	<b>72.297</b>

(\*) Em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Do total de gastos com meio ambiente efetuado pela Companhia em 31 de dezembro de 2012, R\$ 2.538 (R\$ 3.864 em 31 de dezembro de 2011) foram destinados diretamente a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE.

A Companhia em busca da excelência ambiental ampliou em 2012 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades, reafirmando seu compromisso no atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para sua manutenção estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, dentre eles está a construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações, com previsão de investimentos em 2015. Ainda foram realizadas e estão previstas melhorias da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos, comunicação e projetos em parceria com prefeituras. Ainda haverá a continuação das pesquisas sobre campos eletromagnéticos e desenvolvimento de alternativas para biorremediação de solos contaminados por óleo mineral.

**39. Demonstração do resultado por atividade (Não Auditado)**

De acordo com o requerido pela ANEEL, através do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, a Companhia apresenta a seguir, a demonstração do resultado do exercício por atividade:

	2012			
	Distribuição	Comercialização	Atividade não vinculada	Total
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>				
Fornecimento de energia elétrica	–	6.763.622	–	6.763.622
Energia elétrica de curto prazo	–	103.016	–	103.016
Receita para disponibilidade da rede elétrica	7.492.474	–	–	7.492.474
Receita de construção	831.115	–	–	831.115
Outras receitas vinculadas	97.662	15.882	9.923	123.467
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>8.421.251</b>	<b>6.882.520</b>	<b>9.923</b>	<b>15.313.694</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>				
<b>Tributos e encargos</b>				
<b>Federais</b>				
PIS	(127.276)	(111.106)	(158)	(238.540)
COFINS	(586.240)	(511.762)	(728)	(1.098.730)
<b>Estaduais e municipais</b>				
ICMS	(1.460.033)	(1.322.696)	–	(2.782.729)
ISS	(499)	–	–	(499)
<b>Encargos - parcela A</b>				
Reserva Global de Reversão - RGR	(69.683)	(320)	–	(70.003)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(43.558)	(35.599)	–	(79.157)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(493.840)	–	–	(493.840)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(524.224)	–	–	(524.224)
<b>Outros encargos/energia de reserva e CCC adicional</b>				
Encargo de Capacidade Emergencial - ECE	–	(9)	–	(9)
Encargos do consumidor - outros encargos	(42.974)	–	–	(42.974)
Lei nº 12.111	(23.791)	–	–	(23.791)
<b>(3.372.118)</b>	<b>(1.981.492)</b>	<b>(886)</b>	<b>(5.354.496)</b>	
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>5.049.133</b>	<b>4.901.028</b>	<b>9.037</b>	<b>9.959.198</b>
<b>CUSTOS NÃO GERÊNCIAVEIS - Parcelas A</b>				
Energia elétrica comprada para revenda	–	(5.165.493)	–	(5.165.493)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	–	(210.785)	–	(210.785)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(1.482.190)	–	–	(1.482.190)
Taxa de fiscalização	(24.041)	–	–	(24.041)
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERÊNCIAVEIS</b>				
<b>CUSTOS GERÊNCIAVEIS - Parcelas B</b>				
Pessoal e administradores	(433.094)	(103.070)	(1.694)	(537.858)
Entidade de previdência privada	(166.009)	(687)	(13)	(166.709)
Serviços de terceiros	(451.124)	(51.858)	(28)	(503.010)
Material	(56.617)	(5.654)	(190)	(62.461)
Custo de construção	(823.635)	(7.480)	–	(831.115)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	–	(39.163)	–	(39.163)
Provisão/Reversão para processos judiciais e outros	–	(73.577)	–	(73.577)
Depreciação e amortização	(409.749)	(41.159)	(10)	(450.918)
Outros custos	(205.108)	(1.096)	(995)	(207.199)
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>(4.051.567)</b>	<b>(5.700.022)</b>	<b>(2,930)</b>	<b>(9.754.519)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>997.566</b>	<b>(798.994)</b>	<b>6.107</b>	<b>204.679</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>				
Receitas financeiras	148.371	89.844	491	238.706
Despesas financeiras	(320.288)	(79.347)	–	(399.635)
Variações monetárias e cambiais - líquidas	61.776	47.542	–	109.318
<b>TOTAL DOS RESULTADO DO FINANCEIRO</b>	<b>(110.141)</b>	<b>58.039</b>	<b>491</b>	<b>(51.611)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>887.425</b>	<b>(740.955)</b>	<b>6.598</b>	<b>153.068</b>
Contribuição social	3.209	(2.820)	28	417
Provisão para imposto de renda	(8.294)	7.288	(72)	(1.078)
Contribuição social - diferido	(90.558)	79.575	(786)	(11.769)
Imposto de renda - diferido	(251.548)	221.041	(2.185)	(32.692)
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS</b>	<b>(347.191)</b>	<b>305.084</b>	<b>(3,015)</b>	<b>(45.122)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>540.234</b>	<b>(435.871)</b>	<b>3,583</b>	<b>107.946</b>

**RECEITA OPERACIONAL BRUTA**

	2011			
	Distribuição	Comercialização	Atividade não vinculada	Total
Fornecimento de energia elétrica	–	6.149.029	–	6.149.029
Energia elétrica de curto prazo	–	50.886	–	50.886
Receita para disponibilidade da rede elétrica	8.178.500	–	–	8.178.500
Receita de construção	738.745	–</		

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<p><b>Brítaldo Pedrosa Soares</b> Diretora Vice-Presidente</p> <p><b>Berned Raymond Da Santos Ávila</b></p>	<p><b>Kenneth Joseph Zagzebski</b> Francisco José Morandi López</p>	<p><b>Vincent Winslow Mathis</b> Presidente do Conselho</p> <p><b>Arminio Francisco Borjas Herrera</b> Heloísa Regina Guimarães de Menezes</p>	<p><b>Sérgio Canuto da Silva</b> Sérgio Silva do Amaral</p>	<p><b>Flora Lucia Marin de Oliveira</b> Manuel Jeremias Leite Caldas</p>
---	---	--	---	--

**DIRETORIA**

**CONTADOR**

<p><b>Shelly Caden Contente</b> Diretora Vice-Presidente</p> <p><b>Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira</b> Diretor Vice-Presidente</p>	<p><b>Brítaldo Pedrosa Soares</b> Diretor Presidente</p> <p><b>Rinaldo Pecchio Junior</b> Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores</p> <p><b>Sidney Simonaggio</b> Diretor Vice-Presidente</p>
--	--

<p><b>Paulo Camillo Vargas Penna</b> Diretor Vice-Presidente</p> <p><b>Gustavo Duarte Pimenta</b> Diretor Vice-Presidente</p>	<p><b>Newton Akira Fukumitsu</b> Contador - CRC 1SP 190768/O-4</p>
---	--

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Companhia, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o Parecer da Empresa KPMG Auditores Independentes, datado de 19 de fevereiro de 2013, opina que as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e a proposta da Administração da Companhia para a Destinação do Resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária prevista para ocorrer em 04 de abril de 2013.

Barueri, 26 de fevereiro de 2013

<p><b>Sebastião Bergamini Junior</b></p>	<p><b>Maria Carmen Westerlund Montera</b></p>	<p><b>Joaquim Dias de Castro</b></p>	<p><b>Marcelo Gasparino da Silva</b></p>	<p><b>Marcus Pereira Aucélio</b></p>
--	---	--------------------------------------	--	--------------------------------------

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
**Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.**  
Barueri - São Paulo

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 24 de fevereiro de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2013



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**José Luiz Ribeiro de Carvalho**  
Contador CRC 1SP141128/O-2

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que (1) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Barueri, 19 de fevereiro de 2013

Diretores:

**Brítaldo Pedrosa Soares**  
Diretor Presidente

**Rinaldo Pecchio Junior**  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

**Sidney Simonaggio**  
Diretor Vice-Presidente

**Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira**  
Diretor Vice-Presidente

**Shelly Caden Contente**  
Diretora Vice-Presidente

**Gustavo Duarte Pimenta**  
Diretor Vice-Presidente

**Paulo Camillo Vargas Penna**  
Diretor Vice-Presidente

**NOSSA ENERGIA FAZ A DIFERENÇA  
NA VIDA DE MILHÕES DE BRASILEIROS.**



A AES Brasil tem foco no bem-estar das 20 milhões de pessoas que atende, imprimindo segurança em tudo o que faz, com a melhor tecnologia para facilitar a vida. Somos uma empresa com atitude, que pratica sustentabilidade. São 38 compromissos assumidos, entre 2012 e 2016, que contribuirão para o desenvolvimento sustentável de nossa sociedade.

Acesse o nosso site para saber mais sobre a Plataforma de Sustentabilidade da AES Brasil [www.aesbrasil.com.br](http://www.aesbrasil.com.br)